

BH125

A N O S

Câmara Municipal de Belo Horizonte | Minas Gerais | Ano I | Nº 1 | Dezembro | 2022



/camaradebh



@camarabh



camaramunicipaldebelohorizonte

**REVISTA
COMEMORATIVA
DO ANIVERSÁRIO DE
BELO HORIZONTE**

CÂMARA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



Foto: Karoline Barreto



**CÂMARA
MUNICIPAL**

A VOZ DA CIDADANIA



BH

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2021/2022)

Presidente: **Nely Aquino**
1º Vice-Presidente: **Henrique Braga**
2º Vice-Presidente: **Reinaldo Gomes Preto Sacolão**
Secretário-Geral: **Claúdio do Mundo Novo**
1º Secretário: **Professor Juliano Lopes**
2º Secretário: **Wilsinho da Tabu**

VEREADORES DA 19ª LEGISLATURA (2021/2024)

Álvaro Damião	Juninho Los Hermanos
Bella Gonçalves	Léo
Bim da Ambulância	Macaé Evaristo
Braulio Lara	Marcela Trópia
Bruno Miranda	Marcos Crispim
Ciro Pereira	Marilda Portela
Cláudio do Mundo Novo	Miltinho CGE
Cleiton Xavier	Nely Aquino
Dr. Célio Frois	Nikolas Ferreira
Duda Salabert	Pedro Patrus
Fernanda Pereira Altoé	Professor Claudiney Dulim
Fernando Luiz	Professor Juliano Lopes
Flávia Borja	Professora Marli
Gabriel	Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Gilson Guimarães	Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Helinho da Farmácia	Rubão
Henrique Braga	Walter Tosta
Irlan Melo	Wanderley Porto
Iza Lourença	Wesley
Jorge Santos	Wilsinho da Tabu
José Ferreira	

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Superintendente: **Raquel Costa de Vasconcelos**
Chefe da Divisão de Jornalismo e Divulgação: **Izabela Moreira Maurício Fiuza**
Chefe da Seção de Criação Visual: **Larissa Metzker Oliveira**
Chefe da Seção de Som e Imagem: **Bruno Antônio dos Anjos**

REVISTA BH 125 ANOS

PUBLICAÇÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM COMEMORAÇÃO AOS 125 ANOS DA CAPITAL MINEIRA

Edição e revisão: **Izabela Moreira Maurício Fiuza**

Reportagem: **Agdalice Nascimento de Araújo, Carlos Eduardo de Moraes Freitas, Marcelo Martins Vieira e Suzana Campos Linke**

Produção: **Izabela Moreira Maurício Fiuza, Marcelo Martins Vieira e Mary Lúcia Caetano Oliveira**

Projeto gráfico, editoração e diagramação: **Fazenda Comunicação e Marketing**

Pesquisa de fotos: **Izabela Moreira Maurício Fiuza**

Fotografia: **Abraão Bruck, Adriano Ferreira, Bernardo Dias, Cláudio Rabelo, Gustavo Garbino, Karoline Barreto, Marcos Santos, Rafa Aguiar, Vander Bras e Willian Delfino, Alex Barroso Goncalves, Samuel Gê, Shutterstock, Adriano Ferreira e Sergio Mourão**

Acervo fotográfico: **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)**

Fechamento desta edição em **16 de dezembro de 2022**

Número de páginas: **52**



Foto: Alex Barroso Gonçalves





PALAVRA DA PRESIDENTE

NELY AQUINO
Presidente da Câmara
Municipal de Belo Horizonte
(2019-2020 / 2021-2022)



125 anos de história, desafios e permanente construção. Assim segue Belo Horizonte.

Todos os dias, no Parlamento, precisamos tomar decisões que impactam na vida das pessoas e que certamente influenciarão no futuro da cidade e da nossa população. Talvez o maior desafio de legislar uma cidade no dia a dia seja justamente este: prepará-la para o futuro dentro da sua pluralidade. Temos que fiscalizar os problemas de rotina, mas também precisamos propor ações que preparem para o desenvolvimento e propiciem uma cidade mais acolhedora para nossos jovens, e onde prevaleça o bem-estar e a justiça social para todos os cidadãos e cidadãs, sem diferença de raça, credo ou condição social. Uma cidade é justa e próspera se for para todos e todas e não apenas para alguns.

Devemos celebrar em Belo Horizonte a sua história, a arquitetura, a arte e a cultura, do Centro às periferias. Tudo isso sem perder a atenção para o planejamento, a garantia dos direitos sociais, a proteção ao meio

ambiente, o fortalecimento das políticas públicas e a cidadania. A Câmara Municipal, enquanto Poder Legislativo, deve sempre seguir trabalhando com transparência e responsabilidade. É um trabalho muito árduo, que conta com 41 vereadores e um corpo técnico estruturado e preparado.

Não fazemos nada sozinhos e a participação da população nas discussões e na condução de projetos é de extrema importância para melhoria da cidade. Nós temos uma cidade que vem crescendo muito rápido e adaptando espaços numa grande velocidade e isso reflete nas discussões dentro do Legislativo, onde é preciso modernizar a legislação, o regimento e a forma de ocupar a cidade.

Sinto imensurável orgulho de Belo Horizonte, mais ainda do Parlamento, que neste ano completou 86 anos ajudando a construir essa história. Que a Câmara Municipal continue zelando, cuidando e defendendo Belo Horizonte, o nosso povo e o futuro das próximas gerações.

Boa leitura!



Trabalhar por

VOCE.

Esta é a nossa **ESSÊNCIA.**

Na busca por transformar **Belo Horizonte em uma cidade sempre melhor**, a Câmara de Vereadores tem apenas um compromisso: **VOCÊ.** Por isso, estamos cada vez mais próximos, representando os seus interesses e trabalhando por uma vida com mais qualidade e oportunidade para todos.



FISCALIZAÇÃO

Para defender os seus interesses, a Câmara fiscaliza todo o trabalho da Prefeitura, como suas obras e a execução do orçamento.



LEGISLAÇÃO

Os vereadores elaboram, debatem e aprovam leis que beneficiam a vida de milhares de pessoas. Somente nos últimos dois anos, foram mais de 140 leis aprovadas.



PARTICIPAÇÃO

Para te representar, a Câmara quer ouvir sua voz. Por isso, são realizadas audiências públicas para que você possa dialogar sobre o futuro da cidade.



APONTE A CÂMARA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE E ACOMPANHE AS NOTÍCIAS DA CMBH PELO WHATSAPP

cmbh.mg.gov.br



camaradebh



camarabh

CÂMARA MUNICIPAL

A VOZ DA CIDADANIA



BH

EDITORIAL

Foto: Karoline Barreto



RAQUEL COSTA DE VASCONCELOS
Superintendente de Comunicação Institucional

O ambiente de incertezas dos primeiros anos da República no Brasil determinou um horizonte favorável a um ousado projeto de construção de uma cidade capital. Ouro Preto (Capital de Minas Gerais desde 1720) possuía carências estruturais para se tornar polo dinamizador da vida econômica do estado.

Belo Horizonte surgiria tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República.

O projeto da cidade teria sido pensado de forma a inscrevê-la no mundo moderno, apresentando-se assim, como espaço para a constituição de uma nova sociabilidade. Configurava, sobretudo, a ruptura com o passado e o início de um tempo de modernização e desenvolvimento.

Num prazo de quatro anos (1893-1897) inaugurou-se a cidade capital em 12 de dezembro de 1897. A primeira cidade planejada do país.

A revista “BH 125 anos” é uma publicação especial da Câmara Municipal de Belo Horizonte para comemorar o aniversário da capital, tendo como foco a participação do Poder Legislativo no desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade, e dos cidadãos, até os dias de hoje.

O que pretendemos colocar em questão, nesta publicação, é que o papel

desempenhado pelo Legislativo Municipal na condução de determinadas políticas públicas é atemporal e decisivo no debate, na construção, na garantia dos direitos sociais e no desenvolvimento econômico e urbano, pois representa a legitimação, o controle político, a fiscalização e a vigilância sobre a atividade do poder Executivo.

A Casa Legislativa, formada pelos vereadores, é o principal canal de comunicação entre o poder público e os cidadãos, tornando efetiva a participação do Parlamento na condução política do governo municipal, em qualquer época.

Para dar conta deste desafio, a revista foi dividida em temáticas: Transporte; Inclusão/Acessibilidade; Mulheres; Igualdade Racial; Saúde; Animais e Opinião Pública. Esta publicação traz, ainda, dados coletados em todas as nove regionais administrativas do município de Belo Horizonte, a saber: Barreiro, Centro-sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova, acerca da percepção dos belo-horizontinos “sobre” o Poder Legislativo, os vereadores e a cidade.

Por fim, esta publicação espera contribuir na discussão dos desafios para o contínuo progresso e desenvolvimento de Belo Horizonte.

Boa leitura!

Índice:

7 ... **TRANSPORTE**
Repórter: Carlos Eduardo de Moraes Freitas

15 ... **INCLUSÃO/ACESSIBILIDADE**
Repórter: Agdalice Nascimento de Araújo

20 ... **MULHERES**
Repórter: Marcelo Martins Vieira

25 ... **IGUALDADE RACIAL**
Repórter: Marcelo Martins Vieira

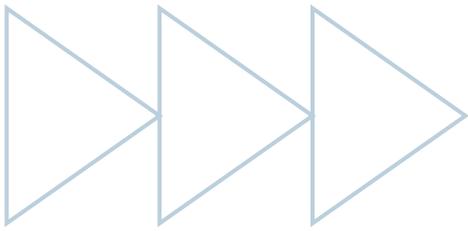
29 ... **SAÚDE**
Repórter: Suzana Campos Linke

37 ... **ANIMAIS**
Repórter: Agdalice Nascimento de Araújo

42 ... **OPINIÃO PÚBLICA**
Repórter: Carlos Eduardo de Moraes Freitas

44 ... **PARABÊNS, BELO HORIZONTE**
Declaração dos Vereadores sobre a Capital





PROBLEMAS DO TRANSPORTE COLETIVO SÃO ANTIGOS E REESTRUTURAÇÃO É URGENTE

Inspirada pelo ideal positivista de ordem e progresso, a nova capital mineira foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 com o nome de Cidade de Minas. O planejamento do engenheiro e urbanista Aarão Reis para aquela que viria a ser, anos depois, denominada Belo Horizonte, era guiado pelos ideais de higiene, isometria e igualdade e tinha por objetivo materializar a ideia de rompimento com a sociedade tradicional do Império e, assim, apontar para o novo tempo de desenvolvimento que se buscava com o advento da República, proclamada nove anos antes.

Os ideais contidos nos discursos e planos de engenheiros, planejadores e administradores da nova capital, contudo, não se fizeram presentes em todo o território, nem para

todos os seus habitantes. Desenvolvendo-se a partir das áreas próximas à estação ferroviária, na região que veio a se tornar o centro da cidade, Belo Horizonte viu a segregação socioespacial logo nos primeiros anos, com a população mais pobre indo para as encostas íngremes, na zona suburbana, ao longo da ferrovia e nas colônias agrícolas, enquanto a elite ocupava a encosta suave que terminava no Palácio Presidencial, hoje Palácio da Liberdade.

Junto à expansão da cidade vinha também a preocupação em garantir transporte para a população que crescia e se espalhava. A importância do sistema de transporte como signo da mudança e do desenvolvimento estava clara não apenas pelo traçado da cidade

planejada, que a distinguiu da antiga capital Ouro Preto com suas vias tortuosas, bem como pela intenção do poder público municipal de criar condições para a instalação dos primeiros bondes elétricos, em substituição aos bondes com tração animal.



Foto: Vander Bras PBH

BONDES ELÉTRICOS NÃO ATENDIAM SUBÚRBIO

Em dezembro de 1900, o Conselho Deliberativo de BH, primeiro órgão legislativo da nova capital e responsável por definir a destinação dos recursos públicos, atuou junto com a Prefeitura para melhorar o serviço de eletricidade e, assim, assegurar a inauguração dos bondes por tração elétrica, o que ocorreu no dia 7 de setembro de 1902. A primeira linha contava com quatro bondes e, no seu primeiro dia de funcionamento, foram contabilizadas 514 passagens.

O crescimento da população para além da área urbana, que contava com o serviço de bondes, levou moradores das regiões da Floresta, da Lagoinha, do Calafate e do Barro Preto a se organizar para reivindicar do poder público, por meio de canais oficiais e da imprensa, a extensão do transporte coletivo.

Reivindicações parecidas com as apresentadas pelos usuários de ônibus em 2021 já se faziam presentes em 1907, quando a população da capital não chegava a 40 mil habitantes. Naquele ano, o jornal Diário de Notícias apontava a necessidade de construção de abrigos nos pontos dos bondes na Rua Pernambuco e no cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Rua da Bahia. Além disso,

o noticioso registrava que frequentadores de um circo da capital reivindicavam transporte público para acesso ao espetáculo. Tanto a necessidade de abrigos quanto a maior disponibilidade de transporte, inclusive para garantir o lazer, continuam fazendo parte das demandas dos usuários.

LICITAÇÃO DE BONDES SUSPEITA E SERVIÇO INEFICIENTE

O principal meio de transporte público coletivo nos primeiros anos da capital mineira teve sua infraestrutura e gestão a cargo do poder público até 1912, ano em que a empresa Sampaio Corrêa & Companhia ganhou a licitação para exploração e gestão do serviço.

O descumprimento sistemático do contrato por parte da arrendatária ensejou uma série de reclamações da população, que pleiteava o serviço em locais ainda não atendidos. A concessão foi objeto de denúncias e controvérsias desde o início, as quais mobilizaram a população, a imprensa e o Conselho Deliberativo da capital. Durante a concorrência para o arrendamento dos serviços de bonde, o jornal Estado de Minas denunciou a possibilidade de a disputa estar viciada em matéria cujo título era “A bandalheira do arrendamento”.

Reportagens chegaram a sugerir que a empresa vencedora já estava definida antes de o processo ocorrer.

As críticas não se fizeram presentes apenas no que tange ao processo de arrendamento.

A gestão privada do serviço também foi objeto de desaprovação por parte de usuários e da imprensa. Pelo contrato, a empresa deveria duplicar o número de bondes seis meses após a assinatura, entretanto, passados sete anos de vigência, apenas quatro bondes haviam sido acrescentados ao sistema. A arrendatária também não cumpriu a obrigatoriedade contratual de trocar todos os trilhos comuns pelos trilhos de fendas nas ruas de calçada.

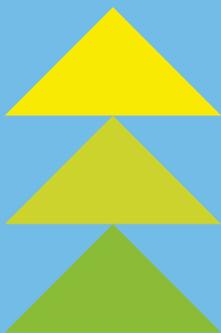
O descumprimento de horários, bem como os longos intervalos entre as viagens de bonde e a lotação dos veículos, motivavam constantes reclamações por parte de usuários, que se uniam à imprensa e ao Conselho Deliberativo nas críticas. A esse respeito, em 1914, o jornal Diário de Minas denunciava que a empresa responsável pelo serviço de bondes descumpria o contrato. Conforme a publicação Omnibus: Uma História dos Transportes Coletivos em Belo Horizonte, da Fundação João Pinheiro, “a malha de linhas de bonde estava estagnada e o material usado em péssimo estado”.





Trólebus, em 1962, no Viaduto Santa Teresa
Crédito: APCBH/ASCOM

As deficiências nos serviços de transporte e energia fizeram com que uma nova empresa assumisse tais responsabilidades. Coube à companhia Força e Luz, a partir do fim de 1929, o transporte coletivo de passageiros, bem como o direito exclusivo de produzir, distribuir, transmitir e vender energia elétrica. De acordo com o contrato, o serviço de bondes poderia ser complementado pelo serviço de ônibus, o qual veria o crescimento de sua importância nas décadas seguintes.



DECLÍNIO DOS BONDES E IMPÉRIO DOS ÔNIBUS

Apesar de ter sido introduzido em 1923 com uma frota de quatro carros, como uma modalidade complementar, o transporte por ônibus cresceu em decorrência da crise energética do final dos anos 1920, a qual impedia a circulação dos bondes elétricos. Em 1928, oito linhas de ônibus circulavam entre 6:00 e 22:00, com capacidade para 27 passageiros assentados em cada veículo. Neste mesmo ano, o jornal O Estado de Minas publicou matérias criticando o número reduzido de veículos e a irregularidade dos horários.

A primeira regulamentação do serviço de auto-ônibus na capital ocorreu em 1930, por meio do Decreto 73, que determinava, entre outras coisas, a velocidade máxima

dos veículos nas diferentes áreas da cidade e garantia abatimento de 50% no valor das passagens para alunos de instrução primária e secundária, munidos de cadernetas especiais.

Ao longo dos anos, o sistema de ônibus foi ganhando relevância em Belo Horizonte, principalmente quando faltava energia elétrica para o funcionamento dos bondes: enquanto em 1936 as roletas foram giradas 7.555.500 vezes; em 1941, o número saltou para 15.176.000.

Apesar de sua importância crescente, os ônibus eram mal vistos pela população, que os identificava como meio de transporte inferior aos bondes, sendo os primeiros associados aos bairros proletários e a veículos em péssimo estado de conservação. Passageiros de ônibus reclamavam de veículos superlotados; motoristas trabalhavam doze horas seguidas, colocando em risco as próprias vidas e as dos passageiros. Em 1939, as filas para embarcar nos ônibus eram tão grandes que a polícia chegou a colocar grades para ordenar o acesso aos veículos.

No início dos anos 1940, os itinerários de ônibus ainda eram implementados como linhas complementares aos bondes, atendendo às áreas mais pobres da cidade.

Mas em 1941, houve um dos primeiros registros de autoridades públicas lamentando a impossibilidade de substituição dos bondes por auto-ônibus. Consta de um relatório de 1942 da Prefeitura que o então prefeito da capital mineira, Juscelino Kubitschek, lamentava a impossibilidade de empreender a “substituição radical” dos bondes por auto-ônibus.

A década de 1940 assiste, então, ao auge e à queda da importância dos bondes no sistema de transporte da capital. Com uma frota de 75 carros em 1947, os bondes vão perdendo espaço para outros meios de transporte como os ônibus. Segundo o então prefeito Negrão de Lima, em 1949, 50% dos passageiros já eram transportados por ônibus, percentual que, em 1945, era

de 10%. Já nos anos 1950, a aposta do poder público para resolver o problema do transporte foi a implantação de uma modalidade de ônibus elétrico conhecida como trólebus. Belo Horizonte foi a segunda cidade brasileira a adotar este meio de transporte, e a quinta na América Latina. Em 1953, os primeiros trólebus já circulavam pela capital, servindo aos Bairros de Lourdes, Coração de Jesus, Santa Lúcia e Santo Antônio. Concomitantemente à chegada dos trólebus, os ônibus continuavam a se expandir em BH. Em 1955, circulavam pela capital 465 ônibus e lotações em 88 linhas, enquanto os trólebus trafegavam pela cidade em apenas duas linhas.

Apesar de ter sido uma aposta do poder público, os trólebus tiveram vida

curta em BH e, pouco mais de dez anos depois de sua instalação, sua circulação chegava ao fim. Entre os motivos alegados à época estavam a topografia acidentada, as ruas curvas e estreitas, a maior flexibilidade de veículos a diesel e o alto custo da energia elétrica.

O PODER DAS CONCESSIONÁRIAS

No final dos anos 1960, os ônibus já representavam a quase totalidade dos meios de transporte coletivo da capital. Eles só não reinavam absolutos em decorrência do trem de subúrbio, responsável pelo transporte de uma pequena parcela dos usuários.



Inauguração de ônibus na Vila Ipiranga, em 1967
Crédito: APCBH/ASCOM

A reestruturação do sistema de transporte com a utilização cada vez maior dos ônibus a diesel, em modelos padronizados, com catraca e portas para embarque e desembarque, aumentou o poder das empresas concessionárias, que ficavam cada dia mais organizadas, passando a atuar por meio do sindicato de empresários, principalmente em busca de aumentos tarifários, o que viria a se refletir no modelo de transporte nos anos seguintes. Tal processo levou, inclusive, ao desaparecimento da figura do proprietário individual no sistema de transporte.

Essa nova fase também é marcada pela exploração exclusivamente privada do serviço, cujo financiamento se dava pelo pagamento de tarifa pelo usuário, devendo garantir ao concessionário a remuneração do capital investido. Ao poder público cabia investir na expansão e infraestrutura da malha viária. Esse modelo adotado em BH era reflexo de uma aposta nacional no uso de veículos movidos a derivados de petróleo, em detrimento do transporte sobre trilhos.

A esse respeito, o vereador Gabriel (sem partido), que vem se dedicando a buscar soluções para o transporte da capital, explica que, a partir da ditadura instaurada com o golpe militar de 1964, houve o abandono dos investimentos no transporte sobre trilhos nas cidades, o que, conjugado

à ausência de planejamento urbano, teve “consequências terríveis” para a mobilidade nos grandes centros. A substituição da perspectiva do transporte sobre trilhos pelos ônibus a diesel, associada ao crescimento desordenado das cidades, está conforme o parlamentar, na raiz dos problemas enfrentados nos dias de hoje.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS USUÁRIOS

Tal sistema tem sido, ao longo de décadas, objeto de críticas por parte de usuários, da imprensa, do Poder Legislativo e de candidatos a prefeito, que, a cada eleição, colocam a melhoria do transporte como uma de suas principais promessas. Problemas persistentes do sistema como passagens caras, falta de ônibus à noite, veículos superlotados, atrasos, itinerários que não atendem às demandas da população estão entre as principais dificuldades costumeiramente relatadas. Além disso, a falta de transparência das empresas e da atuação do poder público para aferir o custo do serviço e, conseqüentemente, o valor da tarifa, mobiliza há décadas a população da sexta maior cidade do país.

Se as críticas às concessionárias e à gestão do sistema se avolumavam ao longo do tempo, a pandemia do novo coronavírus ampliou os problemas. A falta de

transparência, a ineficiência dos serviços e os altos custos para os usuários fizeram com que o Poder Legislativo municipal aprovasse, em 2021, a instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a omissão da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) “frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis”.

Conforme requerimento que deu origem à CPI da BHTrans, de 1º de janeiro a 16 de dezembro de 2020 teriam sido registradas mais de 24 mil autuações às empresas de ônibus, com 72% das infrações cometidas no período da pandemia. Entre os problemas relatados pelos parlamentares estava a redução indevida da frota de veículos, descumprimento de horários, desrespeito às normas de lotação, além da ausência de álcool gel para os passageiros, medida profilática contra a disseminação do novo coronavírus, responsável pela morte de quase 700 mil brasileiros.

Diante da situação, os signatários do requerimento para constituição da CPI afirmavam existir “elementos suficientes para revisão imediata ou mesmo o cancelamento do contrato” das empresas de ônibus.

INVESTIGAÇÕES APONTAM IRREGULARIDADES

Durante os meses de apuração, os membros da CPI da BHTrans apontaram diversas irregularidades no sistema de transporte público, as quais, segundo eles, tornariam “inviável a manutenção do atual contrato, resultado da concorrência fraudulenta que alicerçou o modelo criminoso de operação do transporte público coletivo na capital”.

Após análises de documentos, oitivas e diligências, o relatório final da CPI apontou que o sindicato das empresas concessionárias atua como “verdadeira organização criminosa com o único intuito de auferir lucro às expensas do cidadão belo-horizontino”. De acordo com o documento, o sindicato patronal detém completo conhecimento das irregularidades perpetradas pelas concessionárias, sabendo, inclusive, da “contabilidade paralela realizada”.

Segundo os membros da CPI, ficou demonstrado que não houve efetivamente concorrência para a prestação do serviço de transporte coletivo, e que o resultado da licitação realizada em 2008 foi produto de crime. A crítica é muito parecida com aquela que estampava as páginas do jornal O Estado de Minas, entre os anos 1911 e 1912,

em relação à concorrência para prestação de serviço de bondes da capital.

De acordo com o vereador Gabriel, presidente da CPI, a comissão teve importância histórica por demonstrar que o contrato de 2008 foi fruto de um cartel. Ele explica que há anos a cidade falava da “máfia dos transportes” que controlava o sistema de ônibus da cidade, mas foi por meio das investigações que a CPI pôde aprovar um relatório final expressando claramente os problemas do sistema e apontando aqueles que deveriam ser investigados pelo Ministério Público.

MUDANÇAS PARA MELHORIA DO SISTEMA

A atuação da Câmara Municipal em relação ao transporte coletivo ensejou uma série de mudanças, entre elas a criação de um órgão com o objetivo de substituir a BHTrans no planejamento da mobilidade urbana e na gestão dos contratos de concessão do serviço de transporte coletivo convencional por ônibus. Para assumir as atribuições da empresa que fora criada em 1991, a Casa sugeriu à PBH a criação de uma autarquia dotada de poder de polícia e autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional e administrativa.

A partir das articulações entre os Poderes Executivo

e Legislativo, a Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei 160/2021, que, após receber emendas de um grande número de vereadores, deu origem à Lei 11.319/2021, que criou a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte (Sumob), autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Política Urbana. De acordo com a lei, a extinção da BHTrans poderá ocorrer até 2036.

Além disso, o trabalho do Legislativo deu origem à Lei 11.355/2022, que revogou a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para as empresas de ônibus e deu fim à proibição da cobrança do Custo de Gerenciamento Operacional (CGO). Ao propor a lei, os vereadores argumentaram que a isenção às concessionárias de transporte não gerou o impacto esperado na tarifa do serviço e lembraram, ainda, que a CPI da BHTrans apontou indícios de irregularidades no cálculo tarifário.

Também com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do serviço de transporte público, a Câmara Municipal apresentou à PBH a ideia de subsidiar o sistema. A Lei 11.367/2022, originária de projeto do Executivo elaborado a partir das contribuições da CMBH na área de mobilidade urbana, foi a responsável por autorizar a concessão de subsídio mensal ao transporte público





Filas e ônibus lotados são rotina para passageiros do Move na Estação São Gabriel

coletivo, convencional e suplementar, de passageiros. A iniciativa congelou o valor das tarifas até 2023 e garantiu o aumento no número de viagens, inclusive no período da noite, atendendo reivindicação dos usuários do sistema. Para viabilizar o subsídio no valor de R\$ 237,5 milhões ao transporte público, a Câmara Municipal disponibilizou R\$ 74 milhões do seu orçamento próprio. Além disso, por meio do PL 509/2022, a Câmara garantiu que também os motoristas de táxi-lotação sejam contemplados com o subsídio.

O Legislativo propôs e aprovou o PL 198/2021, com o objetivo de extirpar do Município qualquer interpretação legal que pudesse acarretar a indevida concessão e a continuidade irregular dos serviços públicos essenciais de transporte coletivo de

passageiros por ônibus. A iniciativa, que originou a Lei 11.329/2021, teve origem nos trabalhos da CPI da BHTrans e determina que, durante toda a execução do contrato de prestação de serviço de ônibus, sejam mantidas a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, a regularidade fiscal e trabalhista das empresas, sem prejuízo das demais exigências legais.

O QUE AINDA ESTÁ POR VIR

Apesar das iniciativas legislativas que aprimoraram o transporte público da capital nos últimos anos, muito ainda precisa ser feito para que o belo-horizontino tenha um serviço de qualidade. Nessa perspectiva, tramita na Câmara Municipal o PL 332/2022, que autoriza o Município a encampar o serviço de transporte coletivo de passageiros

por ônibus, decorrente dos contratos celebrados com os Consórcios Dez, BH Leste, Dom Pedro II e Pampulha, assinados em 25 de julho de 2008.

De acordo com o PL, a Prefeitura poderá assumir todos os bens utilizados pelas concessionárias para garantir a continuidade e atualidade dos serviços de transporte e o aproveitamento dos recursos humanos em atividade sem a transferência de encargos por eventual rescisão do vínculo trabalhista. O objetivo da proposição, segundo Gabriel, Marcos Crispim (PP) e Wanderley Porto (Patri), autores da iniciativa, é permitir a tomada de medidas urgentes “para solucionar o completo caos instalado transporte coletivo na capital”.

Outras iniciativas legislativas em tramitação na Câmara estabelecem a obrigatoriedade da utilização de veículos elétricos no transporte por táxis e ônibus, a partir de 2028; o fim do uso de dinheiro em espécie para pagamento de passagens dentro dos ônibus; a implementação de faixas exclusivas para ônibus nas vias arteriais da cidade; e a alteração da sistemática de cobrança do transporte coletivo. Neste último caso, o PL 442/2022 pretende que a remuneração das concessionárias se dê por



Foto: Cláudio Rebelo

Membros da CPI da BHTrans (da esquerda para direita): Wanderley Porto, Professor Claudiney Dulim, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Gabriel, Bella Gonçalves, Rubão e Braulio Lara

produção quilométrica, ou seja, pelo trajeto percorrido pela linha de ônibus, independente do número de passageiros transportados.

Atualmente, o sistema é remunerado exclusivamente pelo número de passageiros transportados a cada viagem, o que estimula a superlotação dos veículos, em detrimento do atendimento de linhas consideradas pouco lucrativas. A partir da nova lógica proposta, o Executivo reassume o controle das linhas e horários para direcioná-las a satisfazer o interesse público, determinando previamente o trajeto, os horários e a distância a ser percorrida, o que beneficia diretamente as viagens noturnas e o aumento do número de

viagens em horário de pico. De origem parlamentar, também tramita na CMBH projeto que busca garantir publicidade aos dados do transporte coletivo por ônibus por meio da disponibilização, no Portal de Transparência da PBH, da quantidade de viagens programadas, realizadas, omitidas, atrasadas, o número de notificações e autuações e a quantidade de passageiros transportados por viagem, por linha e total.

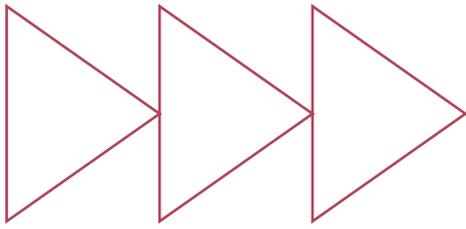
Também com o intuito de ampliar a transparência do sistema, tramita o PL 204/2021, que determina que todo ajuste nas tarifas do transporte público seja informado pelo Executivo ao Legislativo com a antecedência mínima de 20 dias corridos

anteriores à previsão de sua implementação.

Todas essas medidas em discussão na CMBH buscam garantir mais instrumentos para que o poder público municipal atenda à histórica reivindicação por um transporte público de qualidade, acessível, funcional e em sintonia com as demandas ambientais, de modo que cumpra sua função redemocratizar o acesso da população às atividades produtivas e aos equipamentos públicos da cidade, reduzindo as desigualdades e assimetrias que compõem o cenário da capital mineira.

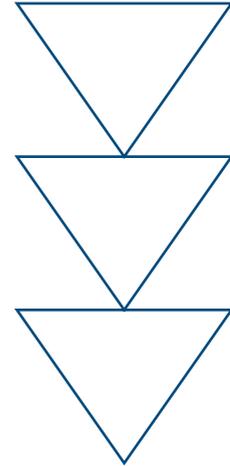
Repórter: Carlos Eduardo de Moraes Freitas





INCLUSÃO/ ACESSIBILIDADE

UMA CIDADE PARA TODOS: BH NO CAMINHO DA INCLUSÃO



No ano em que completa 125 anos, a cidade pensada para ser a capital do estado reflete o desafio de seu crescimento para além da Avenida do Contorno, mas também, o de garantir às pessoas com deficiência que vivem em seus limites o direito de ir e vir, a participação na vida da cidade, o acesso e a inclusão aos espaços públicos. E a missão não é simples. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 24% da população do país.

Ao mesmo tempo, a taxa de participação deles no mercado de trabalho era, em 2019, de apenas 28,3%; menos da metade do percentual que as pessoas sem deficiência (66,3%). No rendimento entre os trabalhadores também há um fosso, já que as pessoas

com deficiência tinham, no mesmo período, um rendimento médio mensal de R\$ 1.639, enquanto os ocupados sem deficiência recebiam, em média, R\$ 2.619/mês. A possibilidade de alcançar uma vaga no mercado formal de trabalho está diretamente ligada às condições de segurança, independência e locomoção destas pessoas pelas ruas, calçadas, praças, comércios e transporte público na cidade.

CONVERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS

As duas primeiras normas sobre o tema na cidade datam das décadas de 1960 e 1970 e se ocupam exatamente de apontar alternativas para questões ligadas à mobilidade e o emprego. Em julho de 1964, a Lei 1.116 estabeleceu a gratuidade à pessoas cegas em linhas de ônibus

elétricos da capital; seis anos depois, a Lei 1.965/1971, de autoria do então vereador Jorge Carone, determinou que poderão ser admitidos na Administração Pública Municipal em cargos, funções ou empregos pessoas surdas ou surdas-mudas. Nos anos seguintes, a quantidade de normas sobre o tema passou por forte ampliação: na década de 1980 foram 12 leis sancionadas; na de 1990 foram 18 e entre os anos de 2000 a 2022, 62 leis passaram a vigorar. Dentre estes textos, estão proposições como a Lei 3.758/1984, que obriga o Município a incluir nos editais de concorrências e licitações públicas cláusula estipulando



a construção de equipamentos que facilitem o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção em áreas destinadas à escolas, hospitais, postos de saúde, centros administrativos, de lazer e cultura de sua propriedade. Também merece destaque a Lei 6.590/1994, que trata da implantação do ensino especial nas escolas municipais, e a Lei 9.078/2005, que estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para Belo Horizonte.

Para o consultor Legislativo em Ciências Sociais e Políticas da CMBH, Otávio Debien Andrade, o que se pode extrair da análise histórica dessas leis é uma tendência gradual de convergência do movimento de pessoas com deficiência. Segundo Debien, em meados do século passado, esse movimento não era unificado, e cada grupo buscava por conta própria conquistar alguma alteração legislativa, tendo em vista suas necessidades e demandas. “Com o tempo, observa-se o fortalecimento do movimento das pessoas com deficiência, com uma convergência dos diferentes grupos, que encontraram força na luta comum por seus direitos, não só nas demandas que lhes são semelhantes, mas também na defesa do atendimento às demandas de cada segmento. A partir dos anos 2000, esse movimento consegue ganhar maior projeção e vai aos poucos conquistando

espaço na agenda política, embora tenha, ainda hoje, dificuldades em serem atendidas e, sobretudo, implementadas, muitas de suas pautas”, afirmou.

INCLUSÃO = AUTONOMIA E CIDADANIA

Uma grande mudança, segundo Otávio Debien, que esse movimento consegue lentamente promover é a difusão da ideia de inclusão, o qual teve seu auge em 2015, com a aprovação da Lei Federal de Inclusão da Pessoa com Deficiência / Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). “Ao invés de serem vistas como pessoas que precisam viver de alguma maneira apartadas, elas conquistam o direito de serem incluídas em todas as esferas. E disso deriva a ideia de acesso universal a todos os espaços; de inclusão no ambiente escolar regular, junto com os demais estudantes; de inclusão no mercado de trabalho, com garantias de isonomia”, observa.

A difusão e a concretização desse conceito na capital mineira deram um passo importante com a aprovação da Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida (Lei 11.416), em 2022. O texto consolidou a legislação municipal existente, incorporando o conteúdo de 66 leis municipais anteriormente em vigor. Apresentada

em 2017, a proposta, que tem mais de 150 artigos, foi amplamente debatida com diversos setores da sociedade civil, dentre eles o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG). A Lei Municipal de Inclusão dispõe sobre o atendimento prioritário; a igualdade no exercício de direitos como participação política, saúde e educação; acessibilidade no espaço público, nas edificações, no transporte e nas comunicações; e aponta ainda deveres da Administração Pública Municipal na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

Para Irlan Melo (Patri), autor da proposta e presidente da Comissão de Legislação e Justiça, embora os esforços venham se somando, BH, assim como outras grandes capitais do país, ainda não é uma cidade inclusiva e acessível. “A Lei de Inclusão é o maior trabalho dos últimos 20 anos da Câmara Municipal nesse segmento; foi construída por muitas vezes, em vários seminários realizados”, afirmou. A nova legislação deve beneficiar 188.800 mil pessoas que vivem em BH com algum tipo de deficiência, 4,5% da população, segundo pesquisa realizada pela Vox Populi e encomendada pelo Instituto Mano Down em 2020.





Ambulantes com deficiência em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos em 2017

Além da apresentação de proposições, o Legislativo Municipal também tem atuado na fiscalização das ações do Executivo e, em especial, nestes últimos anos, realizando diversas visitas técnicas para verificar a acessibilidade dos espaços, já que a garantia de autonomia na locomoção segura da pessoa com deficiência é uma das premissas da nova lei. “Visitamos vários empreendimentos que passavam pelo Compur, o Conselho Municipal de Políticas Públicas, dentre eles a Catedral Cristo Rei, o Mineirão, o Independência e a Arena do Galo, para que estes locais se tornassem acessíveis. É impensável você ter uma arena multiuso, um equipamento de primeira geração, que não seja acessível. A busca não é simplesmente pela inclusão, é para que se tenha a autonomia da pessoa com deficiência”, assegurou Irlan Melo.

CONVÍVIO RESTRITO X SUJEITO DE DIREITOS

E se BH ainda não atingiu um modelo ideal de acessibilidade e inclusão para todos os seus cidadãos, quem viu a cidade há 40, 50 anos, garante que avanços foram conquistados. Fundador da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte (Unipabe) há 44 anos, o vereador Walter Tosta (PL), que é cadeirante, lembra que naquela época a pessoa com deficiência vivia à margem da sociedade, muitas vezes segregada em hospitais, institucionalizada ou restrita à convivência familiar, não sendo reconhecida como sujeito de direitos, dotado de capacidades e habilidades. “Não havia políticas públicas específicas. Não tínhamos direito à acessibilidade no transporte público, era tudo muito

precário. Rebaixamento de calçadas, nem pensar! Não nos era assegurado o direito à educação, lazer, saúde, inclusão e trabalho. Inclusão, cidadania e autonomia eram palavras que não combinavam com a deficiência”, lembra Tosta.

Para o parlamentar, que presidiu a Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor em 2021, as mudanças trazidas pela implementação das políticas públicas alteraram também a percepção e o comportamento da cidade e dos cidadãos em relação à pessoa com deficiência. Para assegurar o direito de ir e vir em BH, a frota de ônibus se adaptou,



instalando plataforma elevatória e, além disso, são exigidas rampas de acessibilidade, piso tátil nas calçadas, sinal sonoro para os surdos e demarcação de vagas de estacionamento exclusivo. Segundo Walter Tosta, a partir dessas mudanças, as pessoas com deficiência começaram a sair de casa e usufruir dos espaços comuns, dando um novo desenho para a cidade. “Elas romperam a barreira da invisibilidade, quebraram paradigmas e começaram a fazer parte do cenário urbano, o que impactou no comportamento das pessoas sem deficiência, tornando-as mais empáticas, solícitas, pacientes, reconhecendo e respeitando o direito da pessoa com deficiência”, afirmou.

REPRESENTATIVIDADE E PROTAGONISMO

E se as mudanças para tornarem as cidades mais inclusivas e acessíveis podem ser potencializadas com a participação ativa da pessoa com deficiência ocupando espaços de decisão e protagonismo, nosso país tem pela frente um longo caminho a percorrer. Durante as eleições deste ano, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a candidatura de 475 pessoas com deficiência para concorrer a um cargo público nas casas legislativas do país. O número representa apenas 1,6% do total de 28.644 pedidos de registros de candidatura. Em contrapartida, dados do IBGE mostram que pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 24% da população do país.

Na atual legislatura (2021/2024), a Câmara de BH conta apenas com um vereador cadeirante. A representatividade política de pessoas com deficiência na Casa já foi maior; em 2016, eram vereadores Arnaldo Godoy, que é cego, e Leonardo Mattos, cadeirante. Ainda assim, naquele ano, uma reforma do plenário principal, o Amyntas de Barros, retirou o desenho universal do espaço, implantando escadarias no acesso à mesa. O projeto arquitetônico original da reforma de 2016 tinha previsão de acessibilidade e chegou a ser registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo da cidade, mas o presidente à época, Wellington Magalhães, ordenou que não fosse instalada plataforma de acesso durante a execução da obra. Em 2022, nova reforma devolveu acessibilidade ao local.



Eventos com ampla participação popular na CMBH contam com tradução em Libras

Foto: Karoline Barreto



Para Walter Tosta, a recuperação do antigo traçado foi uma conquista para a Casa, que hoje cumpre o conceito previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Também Irlan Melo considera importante o retorno do desenho anterior, porém, acredita que outros passos precisam ser dados. “Ainda temos dificuldades. Não temos um intérprete de Libras que participe de todas as reuniões que acontecem. Não apenas do Plenário, mas das comissões e de tudo o que é feito”, ponderou. Segundo a Superintendência de Comunicação Institucional da CMBH, a contratação do serviço de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está prevista para 2023.

NOVAS LEIS E AMPLIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Embora a representatividade tenha sido maior em outros períodos, nos últimos anos a Câmara Municipal de Belo Horizonte tem pautado o tema, e projetos importantes se tornaram leis na cidade, contribuindo para uma cultura de inclusão, autonomia e garantia de direitos para a pessoa com deficiência.

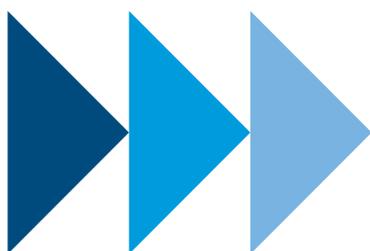
Só neste ano, a Casa produziu as Leis 11.359, de autoria de Professora Marli (PP), que institui diretrizes para a criação de escolas bilíngues em Libras e língua portuguesa na rede municipal de educação; e 11.356, assinada por Nely Aquino (Pode), Flávia Borja (PP), Professora Marli e Marcos Crispim (PP), que institui a Semana Municipal de Conscientização do Uso do Cordão de Girassol - utilizado para identificar pessoa que tenha deficiência oculta ou doença rara.

Em 2021, foram sancionadas a Lei 11.302, de Jorge Santos (Republicanos), que institui a noção dos direitos dos idosos e dos direitos das pessoas com deficiência como temas a serem abordados no contraturno das escolas de educação integral, e a Lei 11.297, proposta por Reinaldo Gomes Preto Sacolão (MDB), que estabelece normas para garantir a acessibilidade de deficientes auditivos à exibição de filmes nacionais e estrangeiros, animações, espetáculos e peças teatrais em salas de cinema e de teatro da cidade.

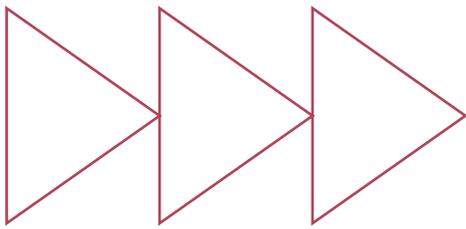
Em 2020, com a pandemia de covid-19, a cidade conquistou outras duas leis para o segmento. A Lei 11.248, de Marilda Portela (Cidadania),

autoriza a implantação do Programa Municipal de Oportunidade e Inclusão para Jovem Aprendiz, Pessoa com Deficiência ou Reabilitado Aprendiz. Já a Lei 11.232, do então vereador Elvis Côrtes, trata da reserva de assentos preferenciais nos terminais, estações e salas de espera que integram o sistema de transporte de passageiros em todas as modalidades.

Para a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), Michelly Siqueira, o desafio é permanente e, por isso, é preciso estimular a prática da cultura inclusiva e oferecer serviços acessíveis, lazer e saúde adequados e adaptados, a fim de construir uma cidade mais humana e justa. Contudo, segundo a advogada, o cumprimento e a fiscalização da lei brasileira ainda são um problema. “Não apenas é criar mais leis. É, principalmente, fiscalizar as que temos para que a inclusão e a acessibilidade aconteçam. E o Legislativo tem esse papel fundamental”, afirmou Michelly, destacando que a OAB/MG mantém uma equipe engajada na busca de soluções de inclusão em todas as esferas - mercado de trabalho, escolas, acessibilidade, saúde.



Repórter: Agdalice Nascimento de Araújo



ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS, MULHERES SEGUEM EM BUSCA DE IGUALDADE



Foto: Marcos Santos - Jornal da USP 12

O ano é 1932. Há exatos 90 anos, mais especificamente no dia 24 de fevereiro, o então presidente Getúlio Vargas decretava: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Assim está escrito no Decreto 21.076, o chamado Código Eleitoral, que proporcionou às mulheres participarem, pela primeira vez, de um processo eleitoral no Brasil. Dois anos depois, na Constituição de 1934, esse direito passou a figurar na Carta Magna brasileira. Depois de nove décadas, as mulheres ainda lutam contra a violência política e tentam ampliar

sua participação nos Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário.

Benilda Regina Brito é assessora da sociedade civil na ONU Mulher. Para ela, há um contexto conjuntural que violenta as mulheres de todas as formas. “Nós mulheres sofremos imensas e diversas violências políticas. O olhar que recai sobre nós é de extrema incompetência, incapacidade, tentando garantir que a atuação da mulher tenha que ser sempre no espaço privado”, afirma. Benilda explica ainda que a não criminalização dessas violências ajuda na sua perpetuação: “A gente tem que entender que não podia imperar a impunidade, e isso acontece muito com a banalização e a

desqualificação, que acabam inibindo a participação de muitas mulheres na vida política”.

Parlamentar de primeiro mandato na Câmara de BH, Macaé Evaristo (PT) acredita nas políticas públicas como forma de reduzir essas violências. “É uma oportunidade de apoiar agendas importantes, como a ampliação de creche e pré-escola e defesa da escola em tempo integral e integrada, fundamentais para as mães irem trabalhar despreocupadas. Sei que nossa presença neste espaço é elemento de estímulo para que outras mulheres como eu estejam aqui”, afirmou Macaé, que a partir de 2023 ocupa uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.





Foto: Cláudio Rabelo

Comissão de Mulheres em visita técnica ao Mineirão, em 2021, para verificar protocolos contra a importunação sexual

MAIORIA COM MENOS ESPAÇO

No Brasil, segundo o IBGE, 51,8% da população é formada por mulheres. Porém, a superioridade numérica não é fator determinante para uma ocupação proporcional em espaços políticos.

A participação e a representação de mulheres na política formal ainda estão muito distantes da composição da população brasileira. A nível mundial, o Brasil tem uma das proporções mais desiguais entre homens e mulheres em cargos eletivos, ficando atrás de países como Arábia Saudita e Afeganistão, e é a terceira pior da América Latina. Nas diferentes instâncias, elas não chegam a ocupar nem 10% das cadeiras. Para a vereadora Bella Gonçalves (Psol), é preciso aumentar essa

participação: “O direito ao voto feminino, a garantia das cotas do tempo de TV e rádio e o uso do fundo partidário para as mulheres são medidas que estão fazendo crescer o número de mulheres na política. Quem acha que isso é errado e está jogando contra”.

O instituto Update, que pesquisa e fomenta novas práticas políticas na América Latina, publicou em 2020 um estudo chamado Eleitas: Mulheres na política mostrando que apenas 24% dos espaços de tomada de decisão nos parlamentos do mundo são ocupados por mulheres. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições gerais de 2022 dão conta de um aumento de 18,2% no número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados. A bancada

feminina será composta por 91 mulheres a partir de 2023, saltando de 15% para 17,7% das cadeiras. Para a vereadora Iza Lourença (Psol), é preciso avançar para além dos espaços de poder. “Sabemos que somente a representatividade não avança na conquista de direitos. É preciso que as mulheres que ocupam a política tenham compromisso com as pautas de gênero”, ponderou.

A professora do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), Marlise Matos, destaca que é uma falácia achar que as mulheres não querem ou mesmo não sabem participar da política. “Não existe um movimento social que não tenha a força e a luta das mulheres. A questão é que elas

encontram mais obstáculos para se candidatarem e se elegerem, como a múltipla jornada de trabalho e a dificuldade em captar recursos para campanhas”, declarou a professora em debate promovido pelo Espaço do Conhecimento da UFMG.

MUDANÇAS A PARTIR DE BH

Tentando caminhar na contramão da sociedade patriarcal, é possível verificar em BH avanços conquistados pelas mulheres na Câmara Municipal. Avanços significativos são observados desde o longínquo ano de 1949, quando a escritora e educadora Alaíde Lisboa foi eleita a primeira vereadora de BH e primeira mulher a exercer o cargo em Minas Gerais. Escritora, jornalista e educadora, Alaíde foi professora em Lambari e faleceu aos 102 anos, em 6 de novembro de 2006.

Sessenta anos depois, em 2009, a então vereadora Luzia Ferreira fez história assumindo a presidência da Câmara Municipal de BH. Ela foi a primeira mulher a estar no cargo e também assumiu interinamente a Prefeitura, durante ausência do chefe do Executivo Municipal. Para Luzia, assumir a presidência foi só mais um entre tantos passos ainda necessários. “Somos muito poucas nos parlamentos, seja no plano municipal, estadual ou federal, sem falar nos espaços do Executivo. Fiquei

muito feliz em, depois de 112 anos da nossa capital, ter ocupado a presidência do nosso Legislativo e ter sido a primeira mulher a receber essa honrosa missão. A sociedade festeja quando uma mulher ocupa esses espaços”, ressaltou Luzia, que ainda exerceu mandatos como deputada estadual e federal.

De acordo com a vereadora Marcela Trópia (Novo), é preciso também festejar. “Com muito esforço e competência, nós mulheres temos conquistado cada vez mais espaços na política. E isso se mostra não apenas no aumento de mulheres eleitas, mas também no volume de profissionais em secretarias, chefia de gabinetes, assessoria legislativa e outros cargos técnicos de alta relevância, como a própria presidência da Câmara Municipal”, afirmou Marcela, apoiada por sua companheira de partido, Fernanda Pereira Altoé (Novo). “As vereadoras da Câmara Municipal de Belo Horizonte representam a diversidade do mundo feminino na cidade e a importância da representatividade de todos os tipos de mulher. Mulheres para entender, a fundo, as necessidades de outras mulheres”, disse Fernanda.

Nas últimas eleições municipais, dez mulheres, o que representa quase 25% das vagas, foram eleitas para o mandato 2021/2024, a maior bancada feminina da história do Legislativo Municipal. Além disso, a

Casa foi presidida por quatro anos (2019/2022) por uma dessas mulheres, a vereadora Nely Aquino (Pode), e tem avançado significativamente em debates que interessam à comunidade e a “elas”, tanto por meio de projetos e leis quanto em audiências e outras ações promovidas pela Comissão de Mulheres, criada em 2019. Temas como parto humanizado, violência de gênero, violência contra a mulher, atendimento a grávidas e parturientes, importunação sexual, educação, profissionalização, entre outros, estão diariamente na pauta da CMBH.

Em 2022, a Câmara lançou a campanha institucional de ampla veiculação “Não disfarce a sua dor - A qualquer sinal de violência, procure ajuda e denuncie”, com produção de vídeo, spots de rádio, distribuição de panfletos e fixação de cartazes em bares e apresentação no Estádio do Mineirão. Além de incentivar as vítimas de violência doméstica a denunciarem a agressão, a campanha divulgou os serviços do Ponto de Acolhimento e Orientação à Mulher em Situação de Violência, instalado no Núcleo de Cidadania da CMBH desde maio de 2021, por meio de convênio com o Governo do Estado e a Polícia Civil. Dezenas de pedidos de orientação jurídica, acolhimento social à mulher vítima de violência e solicitações de

medidas protetivas de urgência foram recebidos pelo Ponto de Acolhimento por telefone, WhatsApp e presencialmente.

De acordo com a vereadora Professora Marli (PP), há resultado quando se investe em políticas voltadas para as mulheres. “Fizemos diversas audiências públicas sobre a valorização e respeito às mulheres. Foram apresentados projetos que visam ampliar os direitos das mulheres, em especial as vítimas de violência”, contou Marli. Segundo a vereadora Marilda Portela (Cidadania), essas ações

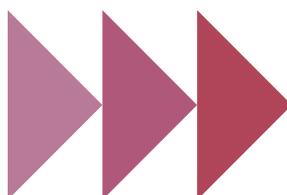
mostram o avanço da sociedade belo-horizontina. “O nível de participação de mulheres na política é um indicador confiável do grau de amadurecimento das democracias. Em BH, temos trabalhado para votar e aprovar projetos que beneficiam as mulheres da cidade”, afirmou a parlamentar.

Para a vereadora Duda Salabert (PDT), os avanços obtidos pela CMBH são para todas as mulheres da cidade: “Há vários projetos importantes para as mulheres que foram aprovados na atual legislatura. Há que

destacar também políticas construídas para mulheres travestis e transexuais que foram historicamente marginalizadas, excluídas de políticas públicas, e que na atual legislatura conseguiram avanços”, explicou Duda, primeira mulher trans eleita vereadora em BH e recordista de votos na Câmara Municipal, contando com 37.613 eleitores - superando os 20.157 votos recebidos por Elias Murad em 2004. Antes, a mulher mais bem votada na capital mineira era Áurea Carolina, que em 2016 alcançou 17.420 votos.



Fotos: Karoline Barreto



Lei 11.423/2022	Institui a Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Ovário
Lei 11.407/2022	Institui o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino
Lei 11.380/2022	Cria o Programa Empresa Amiga da Saúde da Mulher
Lei 11.350/2022	Institui a Semana da Conscientização sobre a Menopausa
Lei 11.321/2021	Determina a disponibilização de sala de apoio à amamentação em órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município
Lei 11.289/2021	Altera a Lei 8.570/2003, que “Dispõe sobre a criação da Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher e da Comissão de Monitoramento de Violência contra a Mulher”
Lei 11.261/2020	Torna obrigatório a bar, casa noturna e restaurante adotar medidas para auxiliar mulher que se sinta em situação de risco em suas dependências
Lei 11.258/2020	Institui medidas de prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher no Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo de Passageiros
Lei 11.215/2020	Institui o Programa Tempo de Respeitar
Lei 11.167/2019	Determina a flexão de gênero na alusão a cargos, a empregos e a funções públicas em documentos expedidos por órgãos e por entidades da administração pública municipal direta e indireta
Lei 11.166/2019	Altera a Lei 7.597/1998, que dispõe sobre assentamento de famílias no Município
Lei 11.093/2017	Determina a criação de um programa contínuo de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto
Lei 10.989/2016	Dispõe sobre a reserva de espaço para mulheres no sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros
Lei 10.935/2016	Dispõe sobre vaga em creche para criança filha ou filho de mulher vítima de violência doméstica, de natureza física ou sexual

Repórter: **Marcelo Martins Vieira**

NÃO
DISFARCE
A SUA
DOR



Todos os dias, milhares de **mulheres sofrem algum tipo de violência doméstica**. Se você é uma delas, denuncie no Ponto de **Acolhimento à Mulher em Situação de Violência**. Um lugar seguro para que você procure ajuda e **dê um novo começo à sua vida**.

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.
Av. dos Andradas, 3100 | Santa Efigênia.

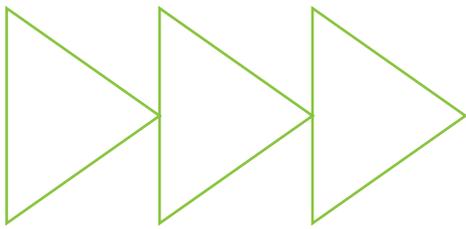
INFORMAÇÕES:
(31) 3555-1394
acolhimento.mulher@cmbh.mg.gov.br

ou acesse o
QR-Code pela
câmera do
seu celular



 camaradebh  camarabh
SAIBA MAIS EM: cmbh.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL 
A VOZ DA CIDADANIA **BH**



COMBATE AO RACISMO: UMA LUTA DIÁRIA E DE TODOS POR IGUALDADE DE DIREITOS

“A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora”. A frase, que poderia ser atribuída a um ativista negro de qualquer região do mundo, saiu da boca, e por que não dizer do coração, de uma mulher nascida em Belo Horizonte, em 1935, que ficou conhecida em todo o Brasil por sua luta incansável contra a discriminação racial e pelos direitos do povo negro. Seu nome é Lélia Gonzales, intelectual, professora, filósofa e antropóloga, falecida em 1994. Muito da luta por igualdade racial e construção de direitos para a comunidade negra no país e na capital mineira tem os pés fincados nos mesmos objetivos pelos quais Lélia lutou por toda a vida. “É no legado daquelas que vieram antes de nós que encontramos forças para seguir lutando pela eliminação do racismo. Belo Horizonte tem o privilégio

de ter sido o berço de Lélia Gonzales, uma das maiores ativistas antirracistas do mundo, e que revolucionou a forma de se pensar o racismo brasileiro. Lélia é exemplo de luta. Se inspirar nos feitos dessa belo-horizontina nos aponta o caminho que devemos seguir para construir uma cidade e um país livres de todas as formas de opressão”, diz Iza Lourença (Psol), vereadora ativa no trabalho parlamentar acerca das questões raciais.

Iza foi relatora da Comissão Especial de Estudo criada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte que trabalhou (2021/2022) com o tema Empregabilidade, Violência e Homicídio de Jovens Negros, presidida por outra mulher negra: a vereadora Macaé Evaristo (PT). A comissão é responsável pelo Projeto de Lei 398/2022, que obriga a Prefeitura de BH a criar um banco de dados capaz de subsidiar ações previstas na Política Municipal de

Promoção da Igualdade Racial. O texto foi aprovado em 2º turno em novembro de 2022, aguarda sanção do Executivo e tem como um de seus principais objetivos qualificar as ações do Município e auxiliar de forma prática no combate ao racismo na capital. Segundo a justificativa do PL, a falta de dados comparativos, mais aprofundados e completos ao longo dos anos dificultou muito a compreensão da situação em BH e via de regra a formulação de políticas públicas efetivas.



SOMOS OU NÃO RACISTAS?

Como em todo o Brasil, Belo Horizonte também tem uma história longa de racismo e opressão contra a população negra. Segundo a urbanista e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Camila Bastos, em 1872, antes da construção de Belo Horizonte, o chamado Curral del Rey tinha mais de 79% da população constituída de pardos e pretos, com a maior parte dessa população considerada livre. Segundo ela, esse povo não teve seus direitos preservados pois, com a construção da cidade, houve uma segregação da população, com os brancos morando na parte interna da Avenida do Contorno e pretos e pardos se deslocando para vilas e favelas. Dados apresentados por ela em debate feito pela Câmara Municipal dão conta de que os moradores das vilas e favelas de BH são majoritariamente pretos e pardos (80%), mesmo com essa população representando pouco mais da metade (53%) de todos os moradores da cidade.

De acordo com o advogado, filósofo e professor da Fundação Getúlio Vargas Sílvio Almeida, nosso dia a dia está repleto de atitudes racistas. “O racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo

fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, diz Sílvio. Esta definição de racismo está na introdução de seu livro “O que é racismo estrutural”, texto que busca demonstrar como o preconceito de raça está incrustado na sociedade, o que torna ainda mais importante o direcionamento a ser dado pelo poder público na produção de leis e políticas capazes não só de combatê-lo, mas também de promover uma verdadeira igualdade racial.

Para o vereador Wesley (PP), uma das formas de combater o racismo é promover a igualdade de direitos desde a chamada primeira infância, com destaque para a educação, o que torna fundamental o trabalho dos legisladores. “A brutal desigualdade de oportunidades nas condições iniciais de vida de nossas crianças e jovens, decorrente de nossas disparidades de renda, bloqueia e impede aos nossos infantes em tenra idade a desenvolverem adequadamente sua capacidade e talentos. Daí a necessidade de mudança estrutural, visando retirar essa geração da estagnação social, mediante políticas públicas focadas na transformação do ser humano, ou seja, educação de qualidade na base da pirâmide. A Câmara, através de seus representantes, pode e deve discutir todas as formas de ampliação de

oportunidades educacionais, não se limitando à atuação precípua do Estado/Município”, disse o vereador. A taxa de analfabetismo entre negros de mais de 15 anos no Brasil é mais que o dobro da registrada entre brancos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice era de 9,1% em 2018, contra 3,9% entre a população não negra.

MAIS PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES

Uma das formas de combater efetivamente o racismo e investir em leis que buscam a igualdade racial é ampliar a participação de negros no parlamento. Apesar do aumento de candidaturas de pretos e pardos para as casas legislativas de todo o Brasil em 2022, o número de candidatos efetivamente eleitos não cresceu na mesma proporção. Dados divulgados pela Câmara dos Deputados dão conta de que, mesmo tendo um acréscimo de 36,25% no número de candidatos, o Legislativo Federal só contará com mais 8,94% de pretos e pardos, se comparado às eleições de 2018. Foram eleitos em 2022, 21 pretos e 102 pardos para a Câmara Federal.

Em BH também houve um aumento em relação à última legislatura com a eleição de seis vereadores que se declararam pretos ou pardos: Iza Lourença, Macaé Evaristo, Wesley, Cleiton Xavier, Marcos Crispim (PP) e Gilson Guimarães (Rede).



Para Macaé, estar nesses espaços é uma conquista dura que requer esforço contínuo. “Uma das questões do racismo no Brasil é que o tempo todo somos colocados em uma posição de subalternidade, de negação de determinados lugares para nossa presença. Quando se é mulher negra, quando se é homem negro no espaço político e isso é colocado como um marcador, é claro que você vai sofrer tentativas de interdição de maneira muito forte e muito veemente. É como se dissessem: pessoas negras, não queiram trazer sua voz, seu pensamento, suas causas para esse espaço. Esse espaço não é de vocês. É esse conflito que está posto cotidianamente”, explica a vereadora.

De acordo com Marcos Crispim, o racismo precisa

ser também combatido nos ambientes de poder. “Eu, como vereador negro, sinto na pele o preconceito, inclusive em minha função parlamentar. Uma das lutas do meu mandato é o combate a discriminações raciais, sociais, étnicas e religiosas, buscando desenvolver políticas públicas específicas para grupos historicamente vulneráveis”, conta o vereador. O estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, desenvolvido pelo IBGE, mostra que pardos e pretos são minoria no Poder Legislativo, apesar da representação ser fundamental para a construção de debates e projetos que diminuam a desigualdade no país. Em 2018, negros eram apenas 24,4% dos deputados

federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos. Nas eleições municipais de 2016, eles eram 42,1% dos vereadores.

“A importância de um vereador negro e periférico, dentro de um parlamento é enorme, principalmente, para as comunidades carentes. Se ver representado é um caminho pra evidenciar que é possível, nós negros, estarmos em lugar de destaque e devemos ocupar nosso espaço. Espaço de representatividade, gerência e organização na missão de fazer uma comunidade mais democrática racialmente”, testemunha Gilson Guimarães. Segundo o vereador, sua luta como um parlamentar negro é para que todos tenham as mesmas oportunidades de ascensão profissional e social.



Foto: Karoline Barreto

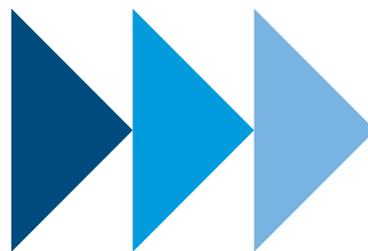
TRABALHANDO CONTRA A DESIGUALDADE

A ampliação do número de parlamentares negros fez com que o tema tivesse, nos últimos anos, mais espaço na Câmara de BH. Além da proposta que cria um banco de dados para auxiliar nas políticas públicas voltadas para o tema, a CMBH tem debatido e apresentado outros projetos que visam reduzir a desigualdade entre brancos e negros. Entre eles estão o PL 396/2022, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração municipal, e o PL 351/2022, que institui o Estatuto da Igualdade Racial em Belo Horizonte. Além de projetos, a Câmara Municipal tem sido lugar privilegiado de debate sobre o tema com a realização de uma série de audiências

públicas durante os últimos anos, sempre relacionando o racismo a assuntos diversos como violência, geração de emprego, cultura, educação e violência contra as mulheres. As reuniões foram realizadas pela Comissão Especial de Estudo sobre Empregabilidade, Violência e Homicídio de Jovens Negros e pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, que em 2021 incluiu o tema Igualdade Racial em sua denominação oficial, passando a chamar-se Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor.

Segundo Cleiton Xavier (PMN), é fundamental utilizar todas as ferramentas na luta por igualdade. “Devemos incentivar e promover os direitos humanos a partir do combate ao racismo, tão presente na vida cotidiana em nossa cidade. A vida da pessoa negra importa e deve

ser protegida sob todos os aspectos. Somos mais de 200 milhões de negros nas Américas e isso implica que, independentemente da cor da pele, o que realmente importa é a tolerância e o amor que devemos ter uns com os outros, assim como Deus nos amou através de Cristo Jesus”, defende o vereador.



Iza Lourença



Wesley



Cleiton Xavier



Marcos Crispim

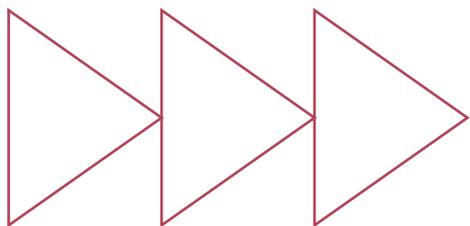


Gilson Guimarães



Macaé Evaristo

Fotos da esquerda para a direita: Abraão Bruck, Karoline Barreto, Abraão Bruck, Karoline Barreto, Willian Delfino e Willian Delfino



RECONHECIDA NO ACESSO À SAÚDE, BH FORTALECE O SETOR COM A CONTRIBUIÇÃO DO LEGISLATIVO

A inauguração de Belo Horizonte, em 1897, ocorreu numa época marcada por avanços sanitários. A nova capital passou a sediar a Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais e a Diretoria de Higiene, responsáveis pelo combate às epidemias, saneamento e higienização pública. Dez anos depois, foram criadas a Fundação Ezequiel Dias, vinculada à pasta, e a Escola de Medicina, precursora da atual Faculdade de Medicina da UFMG. A assistência à população carente era prestada pela Santa Casa de Misericórdia e outras “casas de caridade”, com recursos de doações. Com o aumento da demanda, o governo passou a subvencionar e fiscalizar esses serviços e, posteriormente, a implantar e gerir hospitais. Em 1977, a fusão de três fundações assistenciais deu origem à Fundação Hospitalar do

Estado de Minas Gerais (Fhemig), que administra hoje mais de 20 unidades assistenciais. A entidade participou de processos importantes como a reforma psiquiátrica, a extinção dos sanatórios e a reintegração social de pacientes de tuberculose e hanseníase.

Nos anos 70 e 80, mobilizações pela democratização da saúde no país reorientaram as políticas centradas no setor privado e vinculadas à Previdência Social. A ‘saúde como direito de todos e dever do Estado’ foi o tema da VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, na qual, pela primeira vez na história, a sociedade civil participou dos debates, ajudando a construir o que seria o novo modelo do país. Antes do evento, Belo Horizonte realizou sua 1ª Conferência Municipal de Saúde. Já naquela época, os

gestores do setor firmavam parcerias com instituições de ensino e órgãos nacionais e internacionais para a elaboração de políticas públicas. A garantia do direito à saúde foi consolidada nos arts. 196 a 200 da Constituição de 1988 e fundamentou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pautado pelos princípios de universalidade, equidade e integralidade, regulado nas Leis 8.080/1990 e 8.142/1990. Promulgada em 1990, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (Lombh) normatizou os objetivos, diretrizes, atribuições e gestão da saúde pública em âmbito local. A proposta de organização e funcionamento dos conselhos municipal,



O conceito de saúde adotado na legislação inclui condições dignas de trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, saneamento e qualidade ambiental entre os determinantes do bem-estar físico e mental, ampliando a responsabilidade do Estado. A Emenda Constitucional 29/2000 atribuiu aos municípios a gestão e execução das ações e serviços de prevenção e atenção básica à saúde, financiados com recursos próprios e repasses dos governos estadual e federal.

Periodicamente, nas plenárias dos conselhos e conferências municipais, gestores públicos, prestadores de serviços, entidades da sociedade civil, trabalhadores e usuários tematizam deficiências, desafios, metas, gestão e o financiamento da saúde. Os debates e encaminhamentos subsidiam a elaboração e atualização do Plano Municipal de Saúde (PMS). Previsto na legislação, o PMS define ações, metas, programas e gastos do setor a cada quatro anos, observando a conformidade com os planos estadual e nacional e com as leis orçamentárias.

MAIS PERTO DO CIDADÃO, VEREADORES APURAM DEMANDAS E FISCALIZAM SERVIÇOS

Crescendo a cada gestão, a rede SUS-BH possui hoje 152 centros de saúde, nove Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), 16 Centros de Referência em Saúde Mental, 24 hospitais, entre próprios e contratados, unidades de apoio diagnóstico e assistencial, controle de zoonoses, entre outras, totalizando mais de 400 equipamentos. A Estratégia de Saúde da Família, implantada em 2007 com 196 equipes, conta hoje com 589 equipes multiprofissionais, 308 de saúde bucal e centenas de agentes comunitários de saúde (ACSs) e agentes de combate a endemias (ACEs), que levam informações e serviços às áreas mais vulneráveis, detectam e acompanham casos e combatem focos de doenças. No Ranking de Competitividade dos Municípios de 2020, BH obteve o 1º lugar entre as capitais no quesito Acesso à Saúde.

Diante de um sistema tão robusto, que recebe uma das maiores fatias do orçamento, o trabalho do Legislativo também é gigantesco. Para se ter ideia, a saúde é a única área obrigada a prestar contas a cada quatro meses, paralelamente à

prestação geral de contas do Executivo. A análise dos gastos e resultados do SUS-BH cabe à Comissão de Saúde e Saneamento (CSS) da Câmara. Segundo Thamires Lima, consultora legislativa de Saúde Pública da CMBH, a fiscalização e o monitoramento eficazes exigem um bom conhecimento do PMS - que consolida políticas e compromissos, define programas e metas e norteia o planejamento e o orçamento na área da saúde para o período - e a consulta permanente aos princípios e normas que regem o SUS.

A função fiscalizadora ocupa boa parte dos trabalhos da CSS. Somente nos últimos dois anos, foram requeridas 218 visitas técnicas e 47 audiências públicas para apurar deficiências estruturais e de atendimento nas diferentes unidades, ouvir usuários e servidores e intermediar suas demandas junto ao Executivo. Também são conferidas de perto e debatidas com órgãos competentes as condições de salubridade em diferentes pontos da cidade, buscando melhorias. No mesmo período, foram enviados 467 pedidos de informação, que, de acordo com Thamires, auxiliam bastante o trabalho do Legislativo. A consultora ressalta, porém, que muitas das dúvidas dos parlamentares trazidas por cidadãos poderiam ser sanadas com o aumento da transparência ativa dos dados relativos às ações e serviços do sistema de saúde e das normas que o regem.



“É importante destacar que tornar disponível nem sempre equivale a tornar acessível”, pondera.

Temas intersetoriais como mineração na Serra do Curral e no entorno do município, segurança hídrica e alimentar, poluição sonora, impactos de enchentes e inundações e outras questões em que a saúde e a qualidade de vida são afetadas também são tratados no âmbito da Comissão de Saúde e Saneamento.

Helinho da Farmácia (PSD), que presidiu o colegiado em 2020, destaca a importância da presença cotidiana e do contato direto com as comunidades. A conquista de obras de saneamento, reivindicadas há décadas e intermediadas pela Câmara junto à Prefeitura, trazendo mais saúde e qualidade de vida aos moradores, foi celebrada pelo parlamentar, atual vice-presidente da Comissão de Administração Pública, encarregada de questões relacionadas à gestão e à valorização dos

servidores da saúde. Esses aspectos também entram na pauta da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, a exemplo de audiência pública que debateu a aplicação imediata do piso nacional da enfermagem no município, aprovado em julho de 2022 e suspenso em todo o país por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

PROJETOS, LEIS E INDICAÇÕES

Ex-presidente e atual vice da Comissão de Saúde e Saneamento no biênio 2021-2022, Dr. Célio Frois (Cidadania) ressalta a contribuição dos parlamentares na apresentação, aprimoramento e aprovação de programas de proteção à saúde de idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e outros segmentos. Propostas pela Câmara, foram transformadas em leis em BH diversas campanhas e políticas municipais voltadas à

prevenção, diagnóstico e tratamento de diferentes síndromes, doenças e a segmentos específicos. Outras leis de autoria parlamentar promovem maior transparência ao sistema e facilitam o acesso do usuário a informações de seu interesse. Emendas a projetos do Executivo e intermediação de negociações buscam a garantia de direitos e avanços na carreira e remuneração de servidores e empregados públicos da saúde.

Atendendo reivindicações da população, a Comissão de Saúde e Saneamento enviou aos órgãos competentes dezenas de indicações sugerindo medidas para melhorar o espaço físico e o atendimento em centros de saúde, reposição e ampliação de recursos humanos, modernização e aquisição de equipamentos, fornecimento de insumos e disponibilização de medicamentos, entre outras.



BH obteve o 1º lugar entre as capitais no quesito Acesso à Saúde no Ranking de Competitividade dos Municípios, de 2020

Foto: Gustavo Gurbino - Prefeitura de Canoas

EMENDAS IMPOSITIVAS INCREMENTAM APORTE

As normas de financiamento do SUS determinam que o município destine, no mínimo, 15% das receitas de impostos e transferências constitucionais e legais à área da saúde. Em BH, essa previsão é frequentemente superada: em 2021, foram aplicados 22,77% do orçamento. Mesmo assim, os valores não cobrem todos os programas e metas previstos e necessários. A contribuição na destinação de recursos através de emendas ao orçamento ganhou força com a instituição, por iniciativa parlamentar, das emendas individuais impositivas, de execução obrigatória. Alteração da Lei Orgânica estabeleceu a indicação de 0,8% da receita corrente líquida de 2022 a ações, programas ou entidades escolhidas pelos vereadores, sendo 50% da área da saúde.

No Orçamento de 2022, primeiro a incorporar emendas impositivas, das 603 aprovadas 254, ou 42,12%, foram destinadas para o setor. Os valores das emendas variam entre R\$ 30 mil e R\$ 1 milhão, dependendo da concentração ou distribuição de recursos pelo proponente a uma ou mais finalidades, e do custo das ações indicadas. Cada emenda especificou a unidade recebedora (centros de saúde, UPAs,

hospitais e maternidades da rede própria e contratada, Academias da Cidade, entre outras) e as finalidades dos recursos, discriminando as intervenções e melhorias a serem executadas, insumos e materiais a serem adquiridos, políticas, programas e serviços a serem custeados.

Para o orçamento de 2023, foi estabelecido o limite de 0,9% da receita para as emendas impositivas. A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, responsável pela análise das emendas ao projeto da Lei de Orçamento Anual (LOA), já recebeu 1041 das 1068 proposições apresentadas, centenas delas contemplando a área da saúde.

A Comissão Especial - Orçamento Impositivo criada para aperfeiçoar o instrumento aprovou, em novembro, o Relatório Final emitido pela relatora Marcela Trópia (Novo), propondo, entre outras alterações, que o teto de 50% dos recursos das emendas individuais para a área da saúde seja transformado em piso, suprimindo a limitação de indicações para o setor.

MENOS MORTES NA PANDEMIA E IRREGULARIDADES NA GESTÃO

Belo Horizonte viveu, nos últimos anos, um de seus maiores desafios com a chegada da pandemia de covid-19, que atingiu o

mundo inteiro e impactou diretamente a saúde pública, exigindo ampliação, estruturação, adequação e reforço em tempo recorde do sistema de vigilância epidemiológica, do potencial de atendimento e de internação hospitalar na rede assistencial, compra de insumos, contratação e capacitação de profissionais da saúde, que tiveram que aprender a lidar com o novo vírus, até então desconhecido, e com os casos crescentes da doença e seus agravos. A gestão da pandemia e os indicadores da cidade foram considerados positivos e reconhecidos em prêmios nacionais e internacionais. Dados disponíveis no Portal PBH indicam que, até o dia 29 de novembro de 2022, o número total de óbitos confirmados para covid-19 em BH foi de 8.257 (2.572 em 2020; 4.723 em 2021 e 962 em 2022). Desde o início do programa de imunização, foram distribuídas 7.327.667 das 7.359.023 doses destinadas ao município, que garantiram a vacinação de 96,2% da população total da cidade com a 1ª dose ou dose única e 88,7% com a 2ª dose.

Thamires Lima e Maria Batista, também consultora de Saúde da Casa, destacam o trabalho do Legislativo no contexto epidemiológico da covid-19, monitorando, buscando informações de fontes científicas e a interlocução com atores diversos com objetivo de contribuir no enfrentamento do quadro.





Mais de 7,3 mi de doses da vacina contra a covid-19 garantiram a imunização de 96,2% da população total da cidade

Mobilizados desde o início, os vereadores promoveram dezenas de audiências públicas remotas e criaram até mesmo uma comissão especial para estudar o tema e dialogar com órgãos e entidades a fim de contribuir na proposição e aprimoramento das ações. O relatório final encaminhado ao Executivo, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado sugeriu a elaboração de protocolos para reabertura das escolas, cobrança imediata das multas aplicadas às empresas de ônibus por descumprimento de normas acordadas com a Prefeitura, como o número máximo de passageiros por viagem, e maior fiscalização dos serviços.

Insatisfeita com a ausência de informações claras e transparentes por parte da PBH e a exclusão do Legislativo das tomadas

de decisão, a Câmara instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar dados reais e supostas irregularidades no uso dos recursos enviados pelos governos federal e estadual e nas contratações e aquisições do Município durante a pandemia. Após 36 reuniões e mais de 30 oitivas, o relatório final alternativo de Flávia Borja (PP) recomendou o indiciamento de secretários municipais, do Sindicato das Empresas de Transporte (Setra/BH), empresários de ônibus, servidores da BHTrans e do então prefeito Alexandre Kalil por improbidade administrativa, emprego irregular de verbas públicas e utilização indevida de recursos em benefício do setor de transporte coletivo em detrimento de setores mais prejudicados e gastos mais urgentes.

Visando conferir maior

transparência e facilitar a fiscalização, foi aprovada a Lei 11.421/2022, que determina a divulgação no site da PBH, em tempo real, de informações oficiais em situações de emergência de saúde, como dados epidemiológicos, número de pacientes atendidos por unidade de saúde, ocupação de leitos, volume de insumos e aparelhagem médica adquiridos, utilizados e em estoque, entre outras. “No auge da pandemia, muitas vezes a população se sentia perdida diante de decisões da Prefeitura que não eram transparentes ou não foram devidamente justificadas; agora, com a lei, estamos mais preparados para enfrentar desafios sanitários e melhorar o controle de doenças”, declarou Marcela Trópia (Novo), autora do

projeto que deu origem à lei e presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

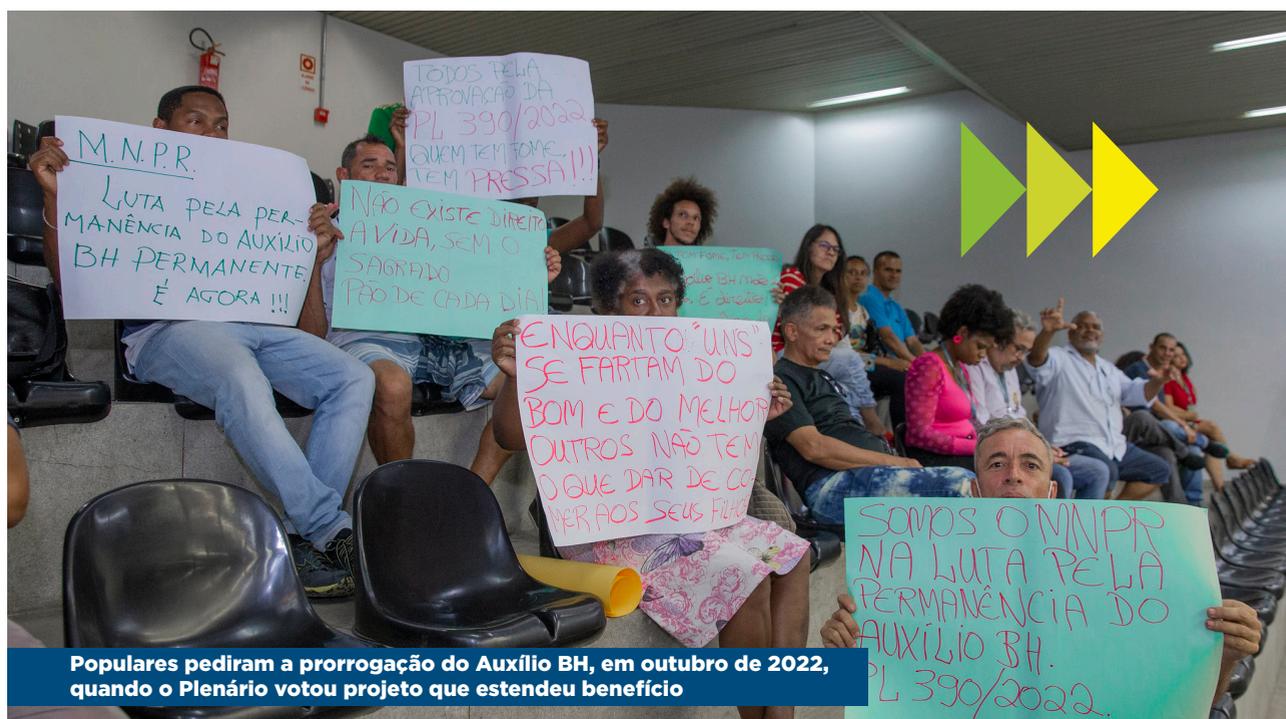
MITIGAÇÃO DE EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA

Durante e após os períodos de fechamento de estabelecimentos e suspensão de serviços, que afetaram alguns setores de forma mais intensa ou prolongada, a Casa promoveu audiências e intermediou demandas e negociações com a Prefeitura para redução das perdas, que deixaram trabalhadores e empresários sem receita. Casas de festas e eventos, equipamentos esportivos, bares e restaurantes, lojas de itens não essenciais,

especialmente as de pequeno porte, templos religiosos, transporte escolar, feiras e comércio ambulante foram alguns dos segmentos recebidos pela Câmara.

O fechamento das escolas por quase dois anos, um dos mais prolongados do mundo, motivou debates com pais, professores e especialistas, e cobranças de medidas para reduzir a defasagem educacional, a evasão escolar e os efeitos psicológicos e emocionais sobre os estudantes. A preocupação com o setor motivou a proposição da Lei 11.408/2022, que reconhece a atividade educacional e a aula presencial como serviço essencial no Município. Igrejas, templos e santuários religiosos também entraram no rol de serviços essenciais por força da Lei 11.330/2021, também de autoria parlamentar.

A Câmara de BH ainda atuou de forma propositiva e colaborativa nos projetos do Executivo que deram origem às Leis 11.315/2021, que garantiu incentivos à regularização tributária, desoneração, desburocratização e recuperação de atividades econômicas; 11.314/2021, que criou o Programa Auxílio Belo Horizonte, favorecendo mais de 75 mil famílias carentes atingidas pela crise; e 11.422/2022, que garantiu o pagamento de parcelas adicionais do benefício. Os valores previstos inicialmente pela Prefeitura para o Auxílio BH foram aumentados graças à colaboração da Casa, que devolveu R\$ 80 milhões de seu próprio orçamento; com essa verba foi possível ampliar de R\$ 160 milhões para R\$ 240 milhões os recursos destinados ao programa.



Populares pediram a prorrogação do Auxílio BH, em outubro de 2022, quando o Plenário votou projeto que estendeu benefício

Foto: Abraão Bruck

INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS E ACOMPANHAMENTO DO USUÁRIO

Dr. Célio Frois pondera que diversas estratégias já foram utilizadas na reorganização da rede básica visando o aumento do acesso à saúde. Todavia, esse investimento não promoveu necessariamente o cuidado longitudinal, causando sobreposição e fragmentação dos serviços oferecidos. Nesse sentido, “torna-se imperioso caracterizar e melhor integrar as diversas instâncias tomando por referência as necessidades da população”. O atual presidente da CSS, José Ferreira (PP), reforçam que a luta pela valorização dos profissionais de saúde reflete em benefício para toda a sociedade, como ficou ainda mais latente durante a pandemia. Tornar mais eficaz o atendimento à população, equipar unidades de saúde, valorizar os hospitais filantrópicos, melhorar a logística e operacionalização de serviços também são consideradas prioridades.

“A atual realidade da saúde pública em Belo Horizonte apresenta demandas de atendimento represadas, principalmente em relação às doenças crônicas degenerativas, as quais ainda competem com as necessidades decorrentes do enfrentamento à covid-19. Esse quadro é desafiador

para o gestor de saúde e exige ainda mais atenção do corpo parlamentar em sua função fiscalizadora”, alertam Thamires Lima e Maria Batista. A ampliação da cobertura vacinal, que vem sendo cobrada pela sociedade e por diversos membros do Legislativo, também é apontada como um dos grandes desafios do SUS-BH.



Repórter: Suzana Campos Linke



Foto: Karoline Barreto

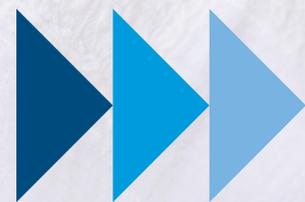
Acompanhamento contínuo dos usuários está entre os desafios do SUS-BH



**SE É BOM
PARA BH,
A CÂMARA
APROVA**

Lei 11.400/2022
Proíbe a soltura
de FOGOS COM
EFEITO SONORO.

Barulho pode afetar
gravemente a saúde de
crianças, idosos, pessoas
com autismo e animais.



Saiba mais em cmbh.mg.gov.br

 /camaradebh  @camarabh

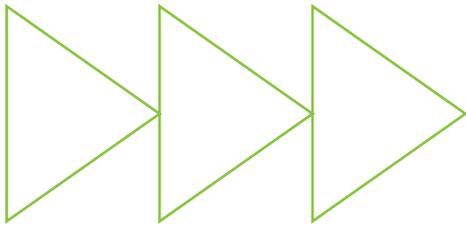
BH125
A N O S

**CÂMARA
MUNICIPAL**



A VOZ DA CIDADANIA

BH



DIREITOS DOS ANIMAIS SAEM DA MARGEM E PASSAM A FIGURAR NO CENTRO DOS DEBATES

Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apontou que, em 2018, Belo Horizonte tinha um cão para cada oito habitantes e um gato para cada 25 habitantes; e a estimativa é de que pelo menos 30 mil desses animais vivam nas ruas da cidade. A proteção, o cuidado e o direito à dignidade, que já eram reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desde 1978, e pela Constituição Brasileira de 1988, tornou-se nos últimos anos uma emergência urbana e o estabelecimento de novas leis que garantam os direitos e a dignidade dos animais tem mudado o jeito das cidades, dos cidadãos, do comércio e do poder público lidarem com os bichos de estimação.



Foto: Abraão Bruck

SUJEITOS DE DIREITO

Em BH, a primeira norma a tratar o assunto, data da década de 1940, quando o município editou a Lei 9/1948, que trata da matrícula e vacinação de cães. Trechos da norma mostram a preocupação do poder público com a população de cães ao proibir a ‘permanência de cães nas vias públicas, salvo se conduzidos pelos proprietários e presos por corrente ou devidamente açaimados’ (amordaçados). Cinquenta e cinco anos depois, a referida norma foi revogada ao entrar em vigor a Lei 8.565/2003, que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos. Originária de projeto do então vereador Leonardo Mattos, o texto caracteriza o animal que vive na cidade, levanta aspectos como registro, vacinação e apreensão, e, principalmente, inova ao tratar da educação para a posse responsável do animal e, de forma mais superficial, de questões como maus-tratos, aprisionamento e ausência de alimentação mínima.

Hoje mais consolidadas, estas premissas, segundo Gabriela Maia, fundadora da ONG Direito Animal Brasil (Dabra), são base para a compreensão do direito animal e estão amparadas em legislações internacionais que reconhecem os animais como sujeitos de direito. Para a advogada, tratar desse

assunto é importante, em especial, para desmistificar expressões como ‘defensores dos animais’. “Não se trata dos defensores da causa animal, mas dos animais em si. A Constituição Federal prevê a regra de vedação da crueldade contra os animais, o que consagra os animais como detentores de dignidade própria. Além disso, em Minas Gerais, temos a Lei 22.231/2016, que os reconhece como sujeitos de direito. A Declaração de Cambridge, de 2012, reconhece que os animais possuem consciência, interesses próprios e esses interesses importam juridicamente, devendo ser considerados, independentemente dos seus defensores”, explica.

A Dabra foi fundada em 2020 e, segundo Gabriela Maia, a atuação é focada na implementação de políticas públicas, fazendo o advocacy, ou seja, o diálogo permanente com os entes públicos, os agentes políticos e as autoridades para criar leis e direcionar a atuação pública para implementar a defesa dos animais não-humanos e o aumento do seu bem-estar. “Também nos preocupamos com a educação animalitária, tentando deixar a linguagem do direito animal o mais simples e próxima possível das pessoas, para que elas entendam quais são os seus deveres para com os animais e quais são os meios de defendê-los”, esclarece, lembrando ainda que, quando necessário, são

promovidas ações judiciais na defesa de animais vítimas de maus-tratos, resultando em proibições de rodeios e apreensão de animais que necessitavam de cuidados médico-veterinários.

BH SEM CARROÇA

Nos anos posteriores, o legislativo municipal continuou contando com parlamentares que trouxeram a pauta dos direitos dos animais para o centro das discussões e, no fim dos anos 2000 e, mais tarde, em 2017, o debate foi em torno dos veículos de tração animal. De autoria do então vereador Anselmo Domingos, o Projeto de Lei 226/2009, determinava que o veículo de tração animal seria de material compatível com as condições e com o porte físico do animal e observaria critérios de segurança, saúde e especificações técnicas, dentre elas que o animal seja identificado, ferrado, limpo, alimentado, dessedentado (saciado de sua sede) e em condições de segurança para o desempenho do trabalho.

Já na década seguinte, o tema ganhou novos contornos e a proposta foi pela extinção da tração animal na capital. Apresentado pelo então vereador Osvaldo Lopes, o PL 142/2017 propôs a instituição do Programa de Substituição Gradativa de Veículos de Tração Animal, intitulado “Carreto do Bem”.



A proposta, que à época dividiu opiniões ficou cinco anos tramitando na Câmara Municipal, e só no ano passado o texto encontrou consenso, tornando-se a Lei 11.285/2021, que determinou o fim das carroças puxadas por animais no prazo de dez anos, em 2031.

A divergência, porém, é parte do processo de escuta da cidade e a conciliação de interesses pode, segundo Gabriela Maia, ser solucionada por meio da atuação do poder

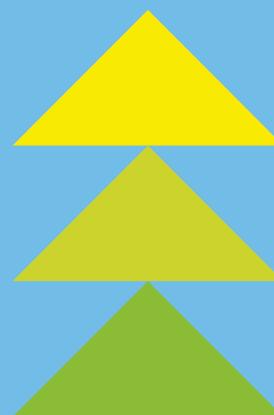
público. “Os trabalhadores que utilizam carroças não podem ficar desamparados com o fim dos veículos tracionados por animais e a Secretaria de Assistência Social possui plena capacidade de proporcionar a eles alternativas para que continuem laborando sem desconsiderarem os interesses dos animais em não serem submetidos às degradantes condições das carroças”, avalia a advogada.

O prazo para o fim das carroças em BH pode ser

reduzido em cinco anos, como prevê o PL 411, apresentado neste ano de 2022 pelo vereador Wanderley Porto (Patri) e outros sete parlamentares: Ciro Pereira (PTB), Cleiton Xavier (PMN), Gabriel (sem partido), Irlan Melo (Patri), Jorge Santos (Republicanos), Léo (União) e Reinaldo Gomes Preto Sacolão (MDB). Se aprovado, o prazo limite para o Município acabar com as carroças será 2026, em vez de 2031.



Foto: Abraão Bruck



CIDADE PROTETORA DOS ANIMAIS

Miltinho CGE já fazia resgate de cães no Rio Arzudas, antes de se tornar parlamentar. Já ajudou a resgatar, cuidar e garantir adoção responsável para centenas de animais. Segundo o parlamentar, a luta pelos animais sempre foi uma vocação e a atuação como vereador potencializou este trabalho. “A gente nasce protetor. Sempre tive um amor muito grande por eles e ajudava da forma que conseguia. Mas, ao longo do tempo, vi que precisava dar aos animais mais voz e o intuito é ajudá-los também com políticas públicas e fiscalizando a atuação do poder público”, ressalta.

Para Miltinho, BH tem tudo para se tornar uma cidade

que protege verdadeiramente o direito dos animais, já que a aprovação de leis recentes, como a que proíbe a soltura de fogos de artifício com estampido, tem encontrado a simpatia da população. Originada de projeto assinado por ele, Irlan Melo e Wesley, a Lei 11.400/2022 suspende o costumeiro “foguetório” ruidoso, que caracteriza festejos e comemorações na cidade, uma vez que o ruído é altamente prejudicial à saúde não só dos animais, mas também à de idosos, bebês e pessoas com autismo.

A capital mineira tem acompanhado o crescimento do número de PETs na cidade e quatro das nove regionais de BH já contam com centros de esterilização de cães e gatos de forma gratuita para a população. Além disso, no ano

passado, foi inaugurado o primeiro hospital público veterinário na cidade. Destinado ao atendimento de animais de tutores de baixa renda, a unidade já recebeu ao menos R\$ 500 mil em emendas de vereadores, por meio do orçamento impositivo. “Estamos avançando aos poucos, um passo de cada vez. Mas o que realmente precisamos é que a população enxergue os animais como parte da sociedade, o que de fato eles são. Eles não são objetos e devem ser tratados com dignidade e amor”, avalia o vereador do PDT, que destinou em 2022 R\$ 630 mil em emendas impositivas para aquisição de equipamentos de raio-X e de ultrassonografia e realização de serviços de cirurgia veterinária para atendimento a animais cujos tutores são de baixa renda.



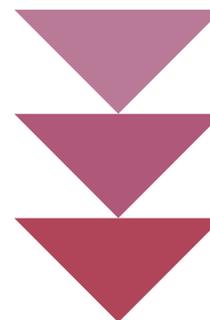
Em 2021, BH ganhou o primeiro hospital público veterinário, que atende animais de tutores de baixa renda

Foto: Karoline Barreto

Ver BH uma cidade protetora dos animais também é um dos focos de atuação de Wanderley Porto. Além da proposta de redução do prazo para extinção dos veículos de tração animal, o parlamentar é autor e/ou assina conjuntamente propostas que já se tornaram leis, como a que proíbe eventos com maus-tratos aos animais, como rodeios, touradas, vaquejadas e rinhas (Lei 11.320/2021); e a proposição de lei que proíbe práticas de adestramento agressivo e invasivo contra animais domésticos, que ainda aguarda sanção.

Tramitando em 2º turno e bem perto de se tornarem leis estão medidas como a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados e a proibição de corridas competitivas, atividades extenuantes e ações similares que promovam a exploração e os maus-tratos a cães, independentemente da raça e da linhagem canina. A criação de espaços de lazer para animais domésticos; a implantação da farmácia veterinária solidária, a instituição do Selo Pet Friendly em estabelecimentos preparados para receber tutores com seus bichos de estimação e a redução progressiva da visitação pública aos

zoológicos, aquários e congêneres até sua abolição total também são iniciativas parlamentares que podem ser votadas. “Garantir a efetividade desses direitos não é uma tarefa fácil, pois depende de um esforço conjunto da sociedade e poder público. Podemos comemorar as conquistas, mas ainda há muito a fazer. Não dá mais para conviver com tantos maus-tratos aos animais, eles merecem o nosso respeito e cuidado. Essa luta é nossa!”, conclui Wanderley.



Repórter: Agdalice Nascimento de Araújo



Foto: Karoline Barreto

Atual legislatura foi a que mais produziu na história da CMBH leis contra maus-tratos e pelo bem-estar animal



PESQUISA APONTA AVALIAÇÃO POSITIVA DA CMBH E DOS VEREADORES PELA POPULAÇÃO

Quarenta e nove por cento dos moradores da capital avaliam positivamente os trabalhos realizados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. É o que aponta pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Resultado - Pesquisa e Assessoria Ltda entre os dias 17 e 23 de novembro, nas nove regionais da cidade. Vinte e nove vírgula cinco por cento dos entrevistados apresentaram percepção negativa das atividades desenvolvidas pela CMBH, e 21,6% não souberam opinar ou não responderam. Os resultados da pesquisa também apontam que a população tem uma percepção majoritariamente positiva do trabalho desenvolvido pelos vereadores. Por meio do survey, é possível atestar que 44,1%, ou seja, a maioria relativa dos cidadãos belo-horizontinos, avaliam

positivamente os trabalhos realizados pelos atuais vereadores da capital. Já 38,6% dos entrevistados têm uma percepção negativa do trabalho dos parlamentares municipais. Além disso, 16,9% não souberam opinar e 0,5% não responderam.

Quando perguntados se já participaram de alguma reunião presencial realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, 9,7% dos entrevistados responderam positivamente; já 89,8% afirmaram não ter participado.

Tais dados demonstram que o índice de pessoas que avalia positivamente o trabalho dos vereadores e da Câmara supera o número daqueles que apresentam uma percepção negativa do Poder Legislativo e de seus integrantes, ainda que

a maior parte da população não tenha participado diretamente de atividades no parlamento municipal.

FUNÇÕES DOS VEREADORES

Quando perguntados se sabem qual a função dos vereadores, 43,5% responderam positivamente, enquanto que 56,1% disseram desconhecer a função dos legisladores municipais.

Àqueles que responderam positivamente à questão anterior, foi solicitado que dissessem espontaneamente qual a função dos parlamentares municipais. A maioria relativa (38,3%) afirmou que os vereadores são incumbidos da produção legislativa, o que inclui “criar e rejeitar projetos e leis”.



PARA MAIS
INFORMAÇÕES,
ACESSE O QR CODE



Em segundo lugar, entre as respostas mais frequentes, ficou “acompanhar, trabalhar, ajudar e ver as necessidades da comunidade, do bairro e do município”, função citada por 26,1% dos respondentes. A função fiscalizadora do Poder Legislativo ficou em terceiro lugar, tendo sido citada por 16,1% dos respondentes.

Já em questão estimulada, 38,8% dos respondentes, a maioria relativa, afirmou que a principal função dos vereadores de Belo Horizonte é fazer audiência com a população. A segunda resposta mais frequente foi “fiscalizar o Executivo”, alternativa de 26,2% das pessoas. Já para 17,2%, a principal função é legislar.

Cinquenta e sete vírgula sete por cento dos entrevistados concordam com a afirmação de que a Câmara Municipal é a Casa do Povo ou o Poder do Povo; já 37,2% discordam. Do total de respondentes, 5,2% não souberam ou não responderam a pergunta.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os dias 17 a 23 de novembro por meio de 1.200 entrevistas em domicílios sorteados aleatoriamente com distribuição por áreas pesquisadas dentro do universo de Belo Horizonte. A amostragem foi definida levando-se em conta o número de eleitores e sua estratificação foi feita por sexo, faixa etária, grau de instrução e renda.

A pesquisa abrangeu as diversas regiões do Município, com controle das variáveis de sexo e faixa etária. Os dados foram ponderados de acordo com a escolaridade e a renda dos eleitores.

O instrumento base para a estratificação foram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG).

A margem de erro é estimada em 2,83 pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um intervalo de confiança de 95%.



PARABÉNS, BELO HORIZONTE!



ÁLVARO DAMIÃO (UNIÃO)

Para mim é uma alegria ser vereador, e uma honra representar o povo da capital de todos os mineiros. Parabéns para a nossa cidade! São 125 anos de um mais Belo Horizonte, que é o cenário de tantas memórias, o local de tantos encontros e o palco de grandes histórias.



BELLA GONÇALVES (PSOL)

Eu amo BH, e por isso reconheço suas contradições. Em 125 anos de história, seu desenvolvimento não respeitou o direito das pessoas que nela vivem. Se por um lado vivemos em uma cidade linda, com seus belos horizontes, por outro, as periferias sofrem com a desigualdade e a falta de direitos, e a Serra do Curral, cartão postal da nossa cidade, é destruída pela sanha das mineradoras. Por isso, amar BH é lutar por ela.



BIM DA AMBULÂNCIA (AVANTE)

BH é o mundo, sempre rompendo em luta pela periferia, esporte, lazer e cultura... Em busca de oportunidade e dar a volta por cima, é o que nos move, cria de Venda Nova, entre os becos e vielas, ruas, praças e avenidas me tornei quem eu sou, a voz das quebradas. Parabéns BH pelos seus 125 anos! BH é quem? BH é nois.... ESPIA!





BRAULIO LARA (NOVO)

Belo Horizonte, 125 anos. Cidade em que nasci, cidade que amo. Cidade planejada por Aarão Reis para ser moderna, que primava pela construção de grandes avenidas, ruas arborizadas e bairros planejados. Serra do Curral, Igrejinha da Pampulha, Praça da Liberdade. Cidade apaixonante, bela e acolhedora. Belo Horizonte é uma cidade de muitos rostos, mas de um só coração. Parabéns, BH!



BRUNO MIRANDA (PDT)

Belo Horizonte, uma cidade que a beleza já vem de nome. São 125 anos de muita história, um celeiro musical, uma gastronomia inigualável. As belezas de nossas serras dão um ar de segurança, brilhamos no esporte e na educação. Ser desta cidade é motivo de orgulho. Parabéns, Belo Horizonte, e parabéns a todos os belo-horizontinos que fazem parte desta cidade e tão amada.



CIRO PEREIRA (PTB)

Nascido e criado em Belo Horizonte, celebro com muito orgulho os seus 125 anos, hoje como vereador. Aqui é o lugar que escolhi para viver em família, criar meus filhos e me dedicar cada dia mais para ter a nossa capital na rota internacional de negócios como uma cidade sustentável, moderna e que gera oportunidades para todos os seus moradores.



CLÁUDIO DO MUNDO NOVO (PSD)

Belo Horizonte é a cidade que me adotou como filho, me abraçou e me fez ter a certeza de que teria que retribuir isso com atos concretos, todos os dias da minha vida. E assim eu faço. Cada passo que eu dou na minha vida pública, missionária, como um bom filho dessa cidade, é pensando sempre no melhor para ela e para todos que nela vivem. Parabéns, BH, por seus 125 anos!



CLEITON XAVIER (PMN)

A cidade do pão de queijo, do cafezinho regado de boas conversas e rodeada por um belo horizonte celebrou, no dia 12 de dezembro, seus 125 anos. Tenho muito orgulho de trabalhar em prol dos belo-horizontinos. E não medirei esforços para trazer cada vez mais melhorias para a nossa amada BH.



DR. CÉLIO FROIS (PSC)

Belo Horizonte, suas virtudes e uma população diferenciada: ao mesmo tempo generosa e repleta de bondade. Somos uma terra em que se planta o bem e se colhe prosperidade humana. Há uma gente de ouro por cada canto desta cidade. Sigamos a casa da esperança em um futuro sempre melhor, cheio de vida, afeto e esperança.



DUDA SALABERT (PDT)

Nesses 125 anos de Belo Horizonte o maior presente que a capital dos mineiros pode ter é a preservação das nossas serras, nascentes e rios. Que BH volte a ser cidade jardim e exemplo para o Brasil de respeito à natureza e à vida em todas as suas formas. Salve a Serra do Curral!



FERNANDA PEREIRA ALTOÉ (NOVO)

A história de Belo Horizonte está intimamente ligada ao trabalho, a ciclos de prosperidade e à constante busca por transformações. Foi assim que a Serra dos Congonhas (depois Serra do Curral) atraiu o bandeirante João Leite da Silva Ortiz; que a Cidade de Minas foi declarada capital e que a euforia da Proclamação da República nos sacramentou Belo Horizonte, com a construção de uma nova cidade. Viva BH!!!



FERNANDO LUIZ (PSD)

BH neste dia 12 de dezembro de 2022 completou 125 anos, um legado de muitas histórias, riquezas e tradições. É uma alegria enorme ter a oportunidade de lutar pela cidade há três mandatos como vereador e poder fazer parte dessa trajetória de crescimento. A nossa luta não para e, com toda certeza, juntos somos mais fortes. Parabéns, uai!



FLÁVIA BORJA (PP)

Que, nesta comemoração dos 125 anos de Belo Horizonte, possamos celebrar a alegria, a fé e o trabalho árduo do nosso povo. Belo Horizonte é um diamante em nosso estado e, a cada dia, me orgulho mais de representar as pessoas dessa linda cidade!



GABRIEL (SEM PARTIDO)

Há 125 anos, Belo Horizonte era inaugurada como uma cidade moderna, planejada, no traçado de Aarão Reis. Inspirada em projetos avançados, como os de Paris e Washington, era uma cidade que sonhava com parques, áreas verdes e cursos d'água preservados. O crescimento da metrópole foi muito além daquilo que era planejado. Os valores que orientaram o projeto da capital, porém, não podem ser abandonados.



GILSON GUIMARÃES (REDE)

Eu vim de Guanhães ainda na infância, junto a minha mãe, em busca de uma vida melhor. BH sempre foi, para nós mineiros, uma terra de boas oportunidades, que acolhe as pessoas de braços abertos. Tão real, tão nossa, tão intimista em suas relações. Aqui encontrei o meu lar!! E hoje, celebramos o aniversário de uma das cidades com maior relevância e história do nosso país. Parabéns, minha e nossa BH!



HELINHO DA FARMÁCIA (PSD)

Desejo que nesta comemoração dos 125 anos de Belo Horizonte, possamos aprender com os erros do nosso passado e voltar nossos esforços e atenções para o futuro da nossa cidade, promovendo as mudanças necessárias, principalmente através das políticas públicas. O cidadão belo-horizontino merece esse presente.



HENRIQUE BRAGA (PSDB)

A História de Belo Horizonte é a arquitetura da alma de um povo de fé e laborioso. São 125 anos construindo prosperidade e dignidade na Capital dos Mineiros.



IZA LOURENÇA (PSOL)

Belo Horizonte faz 125 anos. A cidade planejada tampou seus rios e excluiu seu povo. Mas essa terra é nossa! Ocupamos com arte, cultura, carnaval e luta. No centro e na periferia, do Barreiro à Vilarinho, resistimos, nos organizamos e vamos reinventando formas de viver. Nós, que construímos cada canto dessa cidade, fazemos ela funcionar todos os dias e a sustentamos com nosso trabalho, somos quem também tem o direito de decidir como organizá-la. Eu amo essa cidade e dedico a minha vida a construir Belo Horizonte para os 99%. Viva BH!



IRLAN MELO (PATRI)

O Jubileu de celebração dos 125 anos de história de Belo Horizonte nos faz olhar o passado com gratidão e ver o futuro com esperança. Que BH continue sendo bela e justa para com os seus filhos que tanto a amam e fazem dela uma terra onde se pode plantar e colher, construir e edificar, expandir e crescer. Parabéns a todos os belo-horizontinos do Brasil.



JORGE SANTOS (REPUBLICANOS)

Belo Horizonte é uma cidade feita de sonhos e projetos ousados. Com o projeto original inaugurado há 125 anos, marcou a história das cidades planejadas. Novas ideias ousadas, como o Conjunto Moderno da Pampulha, cristalizaram a nossa posição de cidade referência. Que Belo Horizonte nunca perca a capacidade de sonhar, ousar e ir além.





JOSÉ FERREIRA (PP)

Nestes 125 anos de Belo Horizonte temos muito o que comemorar com todas as conquistas que fizeram a nossa história. Sabemos que ainda há muito trabalho a ser realizado para tornar a nossa cidade ainda melhor para todos nós que amamos a capital de todos os mineiros.



JUNINHO LOS HERMANOS (AVANTE)

A cidade mais acolhedora de todos os tempos e que envaidece os mineiros pela capacidade de ser moderna e tradicional completa 125 anos de grandes contribuições históricas para o Brasil. Sendo nascido e criado no Bairro Glória, região Noroeste que é a síntese de Beagá, dedico e honro todas as memórias à nossa capital.



LÉO (UNIÃO)

A capital dos botecos, das montanhas, dos melhores anfitriões do País... nossa Beagá completa 125 anos! Celeiro de grandes artistas, Clube da Esquina, Tianastácia, Skank, J. Quest... minha homenagem é em forma de poesia:
Outra cidade igual
Não existe jamais
Qual tua capital
Minha Minas Gerais



MACAÉ EVARISTO (PT)

Que na celebração dos seus 125 anos BH seja exemplo no apreço pela democracia, no respeito às diferenças e que a convivência democrática transforme-se em responsabilidade de cada um.



MARCELA TRÓPIA (NOVO)

O comércio do Mercado Central, a música Clube da Esquina, o sabor do frango ao molho pardo... os 125 anos de Belo Horizonte são marcados por tradição, cultura, lazer, gastronomia e muito mais. Somos a capital onde legado e modernidade se enlaçam: o livro de receitas da avó se transforma no cardápio do mais novo restaurante, as composições criadas nas nossas ruas embalam a nova música brasileira. O orgulho pela nossa história nos move para o futuro. Que assim seja, com muitos mais séculos de prosperidade pela frente!



MARCOS CRISPIM (PP)

Belo Horizonte tem a comodidade de grandes metrópoles, ao mesmo tempo em que preserva características que só são vistas além da Avenida do Contorno. Parabéns, BH, pelos seus 125 anos.





**MARILDA PORTELA
(CIDADANIA)**

Há 125 anos nascia a primeira cidade brasileira projetada com contornos modernos pensados para representar a ousadia de um povo criativo, trabalhador e afável. Nas curvas de Beagá, em cada uma de suas esquinas, ruas e praças se acha um olhar inspirado, fito no futuro, cheio de fé e esperança no amanhã. Parabéns Belo Horizonte!



MILTINHO CGE (PDT)

Belo Horizonte completa 125 anos se consolidando como uma capital que avança no respeito aos direitos dos animais. A Câmara Municipal tem na 19ª Legislatura vários projetos de lei aprovados que fomentam o bem-estar animal. Fico feliz por ser autor de cinco desses projetos, sendo que três deles já são leis em nossa cidade, como a proibição da soltura de fogos de artifício com estampido. Com um passo de cada vez vamos em direção à dias melhores para causa animal.



NELY AQUINO (PODE)

Se queremos mudar o país, temos que começar pela nossa cidade. Acredito que temos aqui uma missão a ser cumprida, a missão de construir no presente oportunidades para o futuro, lutar a cada dia para deixarmos um legado de harmonia, paz, desenvolvimento e dignidade para que daqui a 125 anos as futuras gerações continuem enxergando no passado um povo virtuoso, solidário e unido em um só sentimento: o amor pela nossa Beagá.



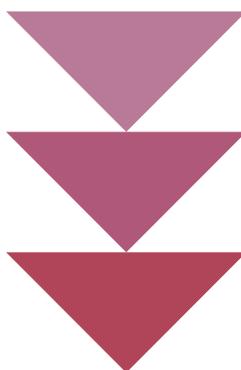
NIKOLAS FERREIRA (PL)

Parabéns a Belo Horizonte pelos seus 125 anos. É uma honra ser vereador de uma das capitais mais importantes desse país, onde gigantes se despontaram — João Camilo de Oliveira Torres, Francisco Campos, entre outros.



PEDRO PATRUS (PT)

Historicamente, Belo Horizonte carrega o peso da desigualdade. Trabalhadores e trabalhadoras que ergueram a cidade nunca foram incluídos no planejamento da capital. É dever de cada belo-horizontino trabalhar para romper essas desigualdades que ainda perduram, sejam elas sociais, culturais ou econômicas. Acredito que estamos no caminho certo, enquanto um município que se tornou referência em políticas públicas no Brasil.





**PROFESSOR CLAUDINEY
DULIM (AVANTE)**

Sempre é uma imensa alegria comemorar o aniversário da nossa querida BH. Comemorar os 125 anos desta Capital que tanto amo, como um legítimo representante do povo, é pra mim, uma honra! Que possamos retribuir com trabalho e competência tudo que nossa cidade linda merece.



**PROFESSOR JULIANO LOPES
(AGIR)**

Fico muito feliz em fazer parte desta história de 125 anos, sendo vereador desta cidade, em meu terceiro mandato. Foram muitas realizações, transformações, cultura, lazer, boa gastronomia, muitas histórias, entre outras tantas coisas boas... Temos também muito trabalho a ser desenvolvido para continuarmos crescendo, deixo aqui o meu compromisso e dedicação à nossa cidade.



PROFESSORA MARLI (PP)

Belo Horizonte concentra o que há de melhor em nosso estado. A culinária, as belas paisagens, a cultura literária, o povo acolhedor e alegre. Tudo isso faz com que a capital seja uma cidade única e ao mesmo tempo diversa. Representar essa maravilhosa cidade na Câmara está sendo uma das melhores experiências da minha vida. Parabéns, BH, pelos seus 125 anos! Obrigada por me dar tanto orgulho de ser chamada de belo-horizontina.



**RAMON BIBIANO DA CASA
DE APOIO (PSD)**

São 125 anos de história, construídos com a força e trabalho do nosso povo! Parabéns, Belo Horizonte!



**REINALDO GOMES PRETO
DO SACOLÃO (MDB)**

125 anos do mais belo dos horizontes. Cidade que faz a gente se apaixonar. Que faz a gente ter orgulho de onde vive. Apesar de tão jovem, tem história suficiente para o enredo de um grande romance. Parabéns, BH!



RUBÃO (PP)

O 125º aniversário de Belo Horizonte mostra uma cidade em constante transformação. Urbana e acolhedora, a metrópole está investindo em parques, complexos esportivos, revitalizando áreas verdes remanescentes de obras e ligando regiões como a Leste à Nordeste. Esporte, lazer, mobilidade urbana e meio ambiente. Parabéns, BH, por sua capacidade de renovação!



WALTER TOSTA (PL)

Belo Horizonte, cidade que me acolheu tão bem. Fortaleceu e preparou-me para cuidar de ti. Lugar que escolhi para estabelecer morada. Em meio ao seu centro caótico e diverso, conheci a minha esposa amada. Sou grato a Belo Horizonte porque aqui eu construí o meu legado. Impactei vidas e sonhos foram realizados. Cidade cativante, surpreendente, que nos encanta com o seu esplêndido horizonte. Parabéns, Beagá!



WANDERLEY PORTO (PATRI)

Falar dos 125 anos de Belo Horizonte é dizer o quanto eu amo e me orgulho dessa cidade, onde nasci, cresci e me tornei um cidadão. Participar, principalmente como parlamentar, do seu crescimento e da consolidação de uma cidade mais justa e igualitária, é um privilégio para mim. Oportunidade que agradeço a Deus diariamente. Parabéns, BH!



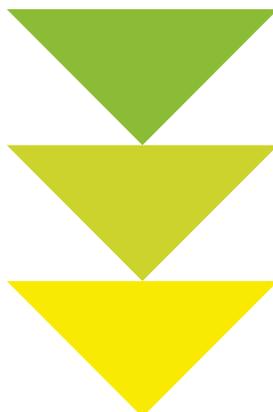
WESLEY (PP)

A Câmara Municipal representa a sociedade em suas diversas facetas, seja, étnica, social, política e cultural. É a casa do povo que se faz cidadão, que não abre mão de suas obrigações, mas requer e exige os seus direitos. Na comemoração dos seus 125 anos, novos desafios são colocados, e cabe a cada um de nós refletir as grandes mudanças que ocorrem na sociedade e na vida de cada um dos cidadãos belo-horizontinos.



WILSINHO DA TABU (PP)

Nossa BH é um misto de tradição e modernidade. Uma metrópole que tem a fusão perfeita com aspectos de interior. É a força de um povo, arte, cultura, gastronomia, arquitetura, história e síntese da nossa mineiridade. Parabéns pelos 125 anos, Capital das Minas Gerais!



ACESSE O **QR CODE** PARA CONHECER A BIOGRAFIA COMPLETA DE CADA **VEREADOR**



TÃO SIMPLES COMO ENVIAR UMA MENSAGEM É ACOMPANHAR O DIA A DIA DA CÂMARA

Receba as principais notícias do legislativo municipal. **É fácil e grátis!**

- 1º Salve o número **(31) 3555 1445** na sua agenda ou aponte a câmera do seu celular para o QR Code;



- 2º Envie um WhatsApp para esse número **COMO SEU NOME.**

Pronto. **É bem rápido, né?**



E não se preocupe! Suas informações são protegidas pela **Lei Geral de Proteção de Dados** Pessoais, conforme o Termo de Uso e Privacidade.

SAIBA MAIS EM: cmbh.mg.gov.br

camaradebh



camarabh



CÂMARA MUNICIPAL



A VOZ DA CIDADANIA

BH